Rackel Ferreira da Fonseca Tambara

a MUNICIPALIZAÇÃO TUTELADA das aulas COMUNITÁRIAS RURAIS

O caso de Jaguari/RS

O trabalho consiste em identificar e analisar a contribuição do ensino nas escolas comunitárias rurais de imigração para a educação primária, mediante o estudo do caso de Jaguari. O processo de municipalização tutelada na última ex-colônia oficial de imigração está relacionado ao modelo de reoficialização da educação pelo Estado, iniciado após a primeira guerra mundial e intensificado nas décadas de 1920 e 1930. O período é marcado por uma espécie de preparação institucional que permeia a educação, na fase anterior à política de nacionalização do ensino que viria nos anos seguintes ao recorte ora delimitado, de 1921 a 1936. Este processo leva à perda da centralidade dos professores comunitários e sua absorção ou substituição pelos professores estaduais e municipais. Nessa transição de uma educação desoficializada para uma educação oficializada, viria à tona a permanência de um fenômeno existente desde o Império: o coronelismo. Trazemos aqui o conceito de cultura escolar para refletir sobre o papel dos professores destas escolas, bem como identificar a atuação e interferência de outros atores fora da escola, notadamente na intersecção da prática escolar com a política oficial de governo para a educação primária. É também nosso propósito explorar e clarificar questões que emergem das pesquisas. É o caso do fenômeno peculiar da escola comunitária rural, bem como do uso da diferenciação salarial nas transferências compulsórias de professores das aulas de dupla subvenção como instrumento de controle pelo poder público municipal. Merecem especial atenção as consequências da nacionalização do ensino, notadamente quanto à maneira pela qual as comunidades rurais de imigrantes reagem e/ou adaptam-se a tais mudanças.

9 786559 176717

editorafi.org

CC BY SA

A MUNICIPALIZAÇÃO TUTELADA DAS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof.ª Dr.ª Gislene Monticelli
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. René Ernaini Gertz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

A MUNICIPALIZAÇÃO TUTELADA DAS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS

O CASO DE JAGUARI/RS

Rackel Ferreira da Fonseca Tambara

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

TAMBARA, Rackel Ferreira da Fonseca

A municipalização tutelada das aulas comunitárias rurais: o caso de Jaguari/RS [recurso eletrônico] / Rackel Ferreira da Fonseca Tambara -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2023.

126 p.

ISBN: 978-65-5917-671-7

DOI: 10.22350/9786559176717

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Professores comunitários; 2. Escola de imigrantes; 3. Coronelismo; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:
1. História 900

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Dulce, por acreditar e lutar para que o acesso ao conhecimento fosse o bem maior a ser deixado para seus filhos;

Em memória do meu esposo Jomar;
Ao Rodrigo e ao Júlio Cesar, filhos e amigos, sempre.

AGRADECIMENTO

À minha orientadora Gislene, por fazer do ato de ensinar um projeto de vida, permeado pela generosidade e respeito para com os seus alunos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 13

Gislene Monticelli

INTRODUÇÃO 15

1 21

A RELAÇÃO ENTRE A COLONIZAÇÃO, A DEMOGRAFIA E A DEMANDA PELA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

1.1 A COLONIZAÇÃO E A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA 21

1.2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E AS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS 29

2 36

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NOS NÚCLEOS COLONIAIS

2.1 A REOFICIALIZAÇÃO DO ENSINO E A ABSORÇÃO DAS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS 40

2.2 O CORONELISMO 45

2.3 A CULTURA ESCOLAR 50

3 55

A TRAJETÓRIA DA MUNICIPALIZAÇÃO TUTELADA DAS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS EM JAGUARI ENTRE 1921 E 1936

CONCLUSÃO 80

REFERÊNCIAS 88

APÊNDICE A 96

SÍNTESE DAS FONTES PROVENIENTES DO "ARQUIVO MORTO" DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARI

APÊNDICE B 100

AS AULAS COMUNITÁRIAS DISTRIBUÍDAS POR DISTRITOS, A ATUAÇÃO E A MOVIMENTAÇÃO DOS PROFESSORES

AULAS COMUNITÁRIAS DO 1º DISTRITO DA SEDE 100

AULAS COMUNITÁRIAS DO 2º DISTRITO DE NOVA ESPERANÇA 101

AULAS COMUNITÁRIAS DO 3º DISTRITO: 101

AULAS COMUNITÁRIAS DO 4º DISTRITO 103

APÊNDICE C 104

DADOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA EX-COLÔNIA JAGUARI EM 1920. DADOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE JAGUARI ENTRE 1921 E 1936

NOTA PRELIMINAR: 104

PREFÁCIO

Gislene Monticelli

Rackel Tambara sempre se mostrou uma aluna empenhada e com iniciativa para realizar pesquisas próprias, seja em arquivos, documentos, em campo. Curiosa e dedicada, tornou fácil a tarefa de orientá-la por ocasião de seu trabalho de conclusão de curso (TCC).

A monografia resultante, apresentada agora em forma de livro, foi muito elogiada pelos integrantes da banca, na ocasião (2016), porque conseguiu demonstrar seu traquejo e desenvoltura com a pesquisa, no manuseio das fontes primárias, na apresentação por escrito e de forma oral.

Isso fez e faz com que a historiadora e pesquisadora Rackel esteja credenciada a publicar suas pesquisas, seja sobre o ensino em Jaguari, a presença dos primeiros professores, o início da educação formal no município, assim como a trajetória de pessoas que fizeram a diferença na história do município, tal como figuras feito a Rackel podem fazer.

Ela é, além de curiosa, disposta a desbravar novos caminhos: lendo e buscando sobre as missões jesuíticas do Tape, o plantio de café a partir de sementes obtidas de forma inusitada e tantos outros temas.

Em qualquer caso, são sempre as pessoas que fazem a diferença, porque alguém teve a ideia de plantar café junto ao sobrado da família, reunir seus parentes em uma aldeia, cujo padre tentou catequizar e converter lá no começo do século XVII.

Bom quando pessoas com didática e afã tem a preocupação em dividir o que sabem, em fazer novas descobertas, buscas intermináveis atrás de documentos inéditos, em preservar acervos, dar visibilidade aquele patrimônio pouco valorizado, em extroverter o conhecimento, publicando um livro.

Escrevo estas palavras em uma tarde qualquer, em um outono chuvoso, feito outras tardes e outros outonos pelos quais essa terra e seus habitantes já passaram e testemunharam tantas vezes.

Há muito ainda o que pesquisar e, por isso, figuras como a ex-aluna e ex-orientanda, hoje colega e amiga, Rackel Tambara, são ímpares e importantes ao dar sentido aos temas que merecem mais pesquisa e afinco.

A pesquisa, feito as lidas domésticas ou campeiras, são como um retrato da vida: despertam com o nascer do sol, adormecem com seu entardecer, mas, bem dizer, nunca terminam e tudo que delas sabemos ainda é pouco.

Todo o sucesso, Rackel, em tuas empreitadas!

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre a educação e o ensino, situando-se no campo da História da Educação Brasileira, na perspectiva regional. O método que utilizamos é o da pesquisa documental.

Nesse sentido, busca-se refletir sobre o processo de incorporação e absorção das aulas comunitárias rurais pelo Estado no período de 1921 a 1936 e a atuação dos professores no município de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul.

O ponto de partida desta reflexão é o conjunto de fontes primárias oriundas do processo de instalação da antiga Colônia Jaguari e posterior município autônomo, existentes no Museu Municipal local. No decorrer da pesquisa, outras fontes oficiais se incorporaram às existentes, principalmente pelo acesso ao chamado "arquivo morto da Prefeitura Municipal", o que corresponde a um arquivo municipal. Neste, é possível examinar documentos contábeis, livros de registro de correspondências oficiais, boletins, ofícios, atas, cadastro de funcionários, relatórios, dentre outros.

O corpo documental básico se compõe dos relatórios encaminhados pelo Intendente – denominação atual, Prefeito – ao Conselho Municipal de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul – o equivalente à hodierna Câmara Municipal – através dos quais presta contas anuais do poder executivo. Os documentos trazem dados sobre o cumprimento das metas orçamentárias, do corpo de atividades desenvolvidas durante o ano pela administração, além de relatos dos fatos marcantes em

relação a cada um dos segmentos da vida pública. Os relatórios abrangem o período de 1920 – ano da emancipação do município de Jaguari – até 1936 e, reservam grande parte de suas páginas ao detalhamento da instrução pública.

Tais documentos, previstos para ter periodicidade anual, não se encontram disponíveis em alguns anos. Notícias nos jornais locais e panfletos da época fazem alusão à não prestação de contas por parte do intendente em alguns dos períodos em que não se encontra relatórios. De qualquer modo, são instrumentos oficiais de divulgação dos atos do Poder Executivo, aqui analisados também como documentos de política. Nestes relatórios, encontramos detalhes da vida pública do município em todos os seus aspectos, inclusive a educação primária. Isso ocorre porque a norma legal exige que sejam detalhados os recursos destinados à educação por conta do erário.

Esse recorte de datas visa a extrair deste conjunto as informações relativas à educação em um município da região colonial e a experiência peculiar das aulas comunitárias rurais. Estas aulas, surgidas nos núcleos coloniais de imigração, são fruto da iniciativa de diferentes etnias, para atender à demanda pela educação primária, principalmente entre imigrantes alemães e italianos. É a forma pela qual as colônias respondem às condições de ensino público vigentes no Estado do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX.

A legislação estadual e federal reunida em coletâneas de leis e decretos da época, bem como aquelas disponíveis em meio virtual, também são aqui analisadas. No âmbito estadual, investigamos diversas fontes primárias, dentre elas, coletâneas de atos e decretos estaduais, do Império à Primeira República. Consultamos, também, trabalhos de pesquisa de Lúcio Kreutz (2000), Berenice Corsetti (2008), Terciane

Luchese (2008), dentre outros autores que tratam do tema da educação e das aulas comunitárias ou étnicas no Rio Grande do Sul, do fim do século XIX à primeira metade do século XX.

No exame das fontes, evidencia-se uma espécie de preparação institucional, um *modus operandi* que permeia a educação anteriormente à política de nacionalização do ensino do final da década de 1930.

Diferentes grafias para a mesma designação são encontradas nas fontes primárias examinadas, tanto em relação ao nome dos imigrantes quanto a lugares. Alguns municípios mudam de nome ao longo do período estudado. Optamos por adotar a grafia atual.

A denominação de colônia multiétnica para Jaguari se relaciona à composição de seus habitantes. Embora predominem imigrantes italianos, ela é formada por diversas etnias, além de incluir brasileiros dentre os possuidores dos lotes distribuídos.

Fora isso, no momento em que o município registra contabilmente quais aulas e professores são subsidiados com recursos estaduais ou municipais, traz à luz uma estrutura escolar informal existente, composta por professores comunitários. Na comparação de documentos contábeis do período sob estudo com os relatórios do executivo municipal, emerge uma constatação pelo silêncio, pela ausência, pois o município não trata da criação de aulas. Os relatórios são ao mesmo tempo meio oficial de divulgação da educação primária, e como o município conduz a questão das aulas comunitárias rurais por nós analisadas.

Também se depreende das fontes as concepções de educação primária e a importância dada pelo município em levar a instrução até o meio rural. A contabilidade pública analisada nos permite identificar em qual momento a subvenção às aulas rurais acontece.

Os números da educação primária rural em Jaguari são extraídos dos relatórios do Intendente do período de 1921 a 1936. Também é nosso objetivo divulgar as tabelas que elaboramos com base no material pesquisado, no intuito de que tal publicidade permita aos estudiosos da Educação, ao público em geral, ter acesso a dados compilados a partir de fontes primárias, documentos de época.

Documentos públicos são o discurso oficial. Podem e trazem embutidas normas disciplinadoras. Igualmente objetivam fixar padrões de conduta, o que não impede que se possa, através deles, acompanhar a História da Educação no município de Jaguari, e correlacionar o discurso oficial com outras fontes que tratam do assunto. E assim se pode preencher lacunas, identificar estratégias de adesão ou alternativas das comunidades diante do que o poder público através da publicação dos seus atos, lhes comunica. Entre o texto legal e a prática escolar, há uma distância enorme daquilo que se pretende, e o que se pode verdadeiramente efetivar. Tanto a população, como os agentes governamentais têm suas dificuldades, dúvidas e impossibilidades. No preenchimento desses elos, nas palavras que ainda lhes faltam, temos a pretensão de tornar "presente o ausente".

Por isso, todo cuidado é pouco, e este trabalho se assume lacunar. Disponibilizar dados da educação primária em Jaguari não significa que temos a pretensão de esgotar suas possibilidades de problematização. É quase como um índex, que possa ser reordenado, corrigido, melhorado por contribuições futuras.

Em relação aos professores, há o predomínio de nomes que não são de imigrantes italianos, alemães, poloneses, etc., tanto nas aulas públicas quanto nas comunitárias durante o recorte temporal escolhido (1921-1936).

O sentido das palavras "cidade" e "vila" só é uniformizado em 1938, quando o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março[1], estabelece normas de âmbito nacional para a divisão administrativa. Até então, não há um critério para que a sede de município seja enquadrada em uma ou outra categoria.

Após a proclamação da República, a denominação Estado, substitui a anterior, Província, para designar as unidades da Federação.

Com a Revolução de 1930, os termos “Intendente e Intendência” são substituídos por “Prefeito e Prefeitura”;

As leis, decretos, atos, instruções e ofícios do Governo do Rio Grande do Sul, bem como os censos disponíveis, permitem-nos extrair os dados oficiais para a instrução pública primária no Estado. Deste corpo documental, nos interessam particularmente os que se referem ao contexto da Educação na Primeira República e as ações educacionais emanadas do Estado. Deste conjunto, apresentamos resumo no decorrer do trabalho.

Estamos cientes do perigo das estatísticas. A validade do conhecimento histórico não é exclusivamente uma questão de método. A quantificação não garante cientificidade. Comparar implica em recortar e lidar com as variáveis recorrentes. Mas é preciso ir além: buscar explicações, contextualizar, pois, “não é a mera repetição de uma palavra num texto que irá nos dizer algo sobre o sentimento que ela carrega” (MALERBA, 2011).

Na análise dos relatórios de prestação de contas dos intendentes desde a emancipação, nota-se diferentes denominações para as aulas comunitárias em processo de absorção. Em 1921 e 1922, é usada a palavra

[1] DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências.

"escola", e no detalhamento, "aulas particulares", subdivididas em "subvencionadas pelo Estado" e, "subvencionadas pelo Município".

A partir de 1923, e até 1926, as aulas aparecem como "escolas do município" e, no detalhamento "aulas rurais subvencionadas". Quando são elaborados quadros demonstrativos, também são intituladas "escolas particulares" (Apêndice C).

Em 1927, ocorre a prevalência do termo "instrução pública", e no detalhamento "aulas municipais, aulas municipais com subvenção do Estado". Além destes, de 1928 a 1931, surgem referências a "ensino público", "ensino cívico", "aulas rurais estaduais", "professorado estadual e municipal". A partir de 1932, e até 1936, se acrescem denominações como "organização escolar", "estabelecimentos" de ensino e uma diferenciação clara entre professores municipais e professores subvencionados.

1

A RELAÇÃO ENTRE A COLONIZAÇÃO, A DEMOGRAFIA E A DEMANDA PELA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

1.1 A COLONIZAÇÃO E A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA

A criação de colônias de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul se inicia na década de 1820. Sob a tutela do governo imperial, surgem as primeiras colônias de imigrantes alemães. A partir dos anos 1870, novos contingentes migratórios chegam ao Estado. Ao maior grupo, os italianos, se juntam poloneses, russos, alemães, suecos, dentre outros, além dos imigrantes vindos das colônias antigas.

Se em 1860 são 28 municípios, pelo censo de 1872 (Figura 1), já existem 31 municípios.

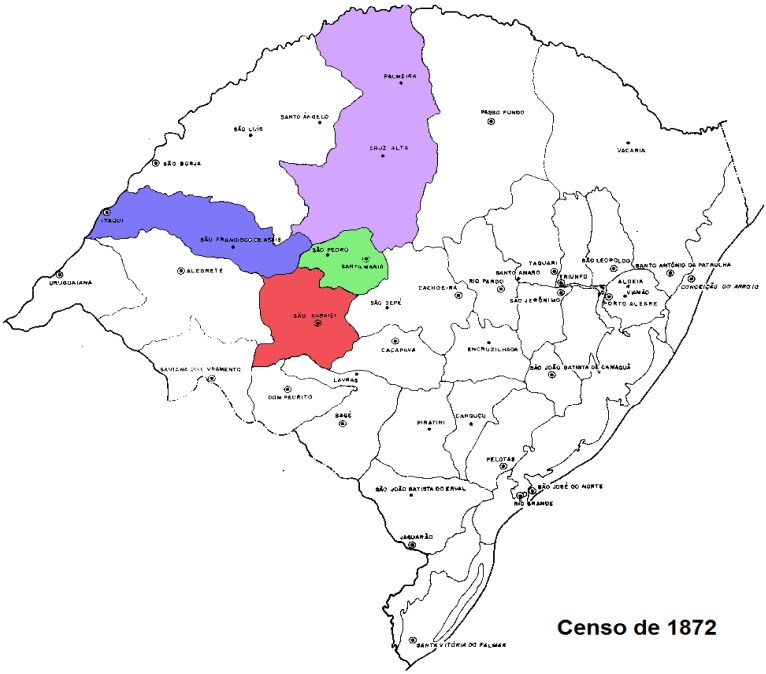


Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos municípios existentes em 1872. Na convergência dos municípios em destaque está o território da futura Colônia Jaguari.
Fonte: FEE-Fundação de Economia e Estatística,1981.
Disponível em:www.fee.tche.br/sitefee/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs.
Acesso em: 14 abr. 2013.

Os núcleos coloniais gaúchos, sejam eles constituídos de açorianos, alemães, italianos ou demais etnias, são exemplo didático da expansão agrícola o que não exclui uma boa dose de nomadismo rural, que Balduíno Rambo (1956)[1] lamenta, mas que Danilo Lazarotto (1971) entende como significativo para a formação de uma classe média rural, que ocupa os espaços que não interessam ao latifundiário estancieiro.

A Colônia Silveira Martins ao se emancipar em 1882, equipara-se às demais povoações do Império. Finda a administração colonial, seu

[1] Ver mais em: RAMBO, 1956, p 413.

diretor, Siqueira Couto é incumbido de instalar a Colônia Jaguari, cujos primeiros imigrantes chegam no final de 1888, e em maior número, em 1889. Predominam as etnias italiana, alemã e polonesa.

Originários das províncias de províncias de Beluno, Veneza, Treviso e Verona, os italianos, inicialmente se destinam para Silveira Martins e de lá para Jaguari. Entre 1891 e 1906, chegam 8.651 pessoas relacionadas no Códice SA 290. São belgas, suíços, alemães, holandeses, noruegueses, russos, suíços, italianos e poloneses.

Em 1891, Siqueira Couto é transferido para o núcleo de colonização de Ijuí, é substituído por Severiano de Almeida na chefia da comissão de terras e colonização de Jaguari (MARCHIORI, 1999).

A povoação começa pelo 1º distrito, nas localidades do Chapadão, Chapadãozinho, Linha 6, Consolata, Linha Seis São Roque, Jaguarizinho, Boca da Picada, Linha 10, Santa Juliana e Passo dos Barroso.

Na linha 6, São Roque, começa a funcionar, ao lado da capela a primeira aula comunitária rural, tendo como professor Mauro Severo Fontana, imigrante italiano (HISTÓRICO, 1982).

Inicia-se desse modo a experiência das escolas comunitárias rurais custeada de forma incipiente pelos moradores da localidade e que se dissemina depois por toda a colônia.

A partir de 1890, o povoamento se espalha pela área central do Estado, vales do Jacuí e no alto Uruguai. Além dos italianos, outras etnias compõem esses núcleos. Em alguns predominam determinadas etnias, em outros são multiétnicos.[2]

Os núcleos coloniais são constituídos tanto por iniciativa oficial, como por delegação a particulares (Figura 2).

[2] Triunfo (1888), Jaguari (1889), Guarani (1890), Ijuí (1890), e Marquês do Herval (1891).

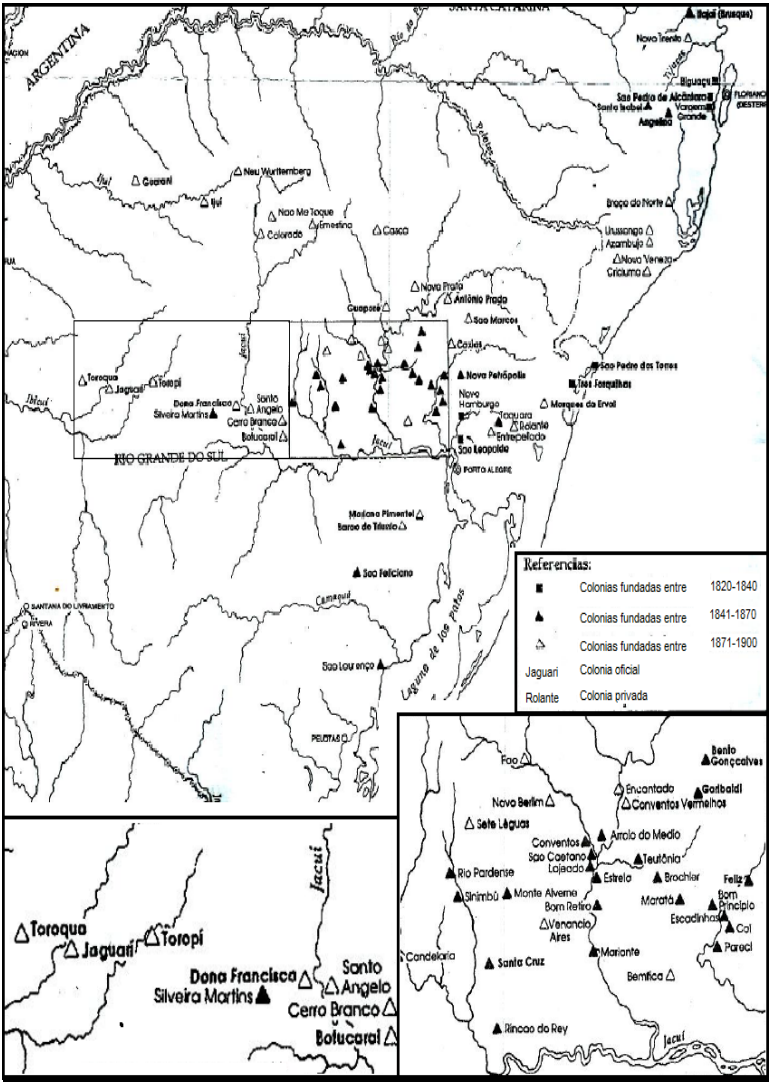


Figura 2. Mapa das colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul.
Fonte: Adaptado de Maeder; Gutierres (1995, p.121).

A organização administrativa do Estado reflete este aumento populacional, e dá origem a novos municípios. Ao término do Período Imperial, conta o Estado com 61 municípios (Figura 3).

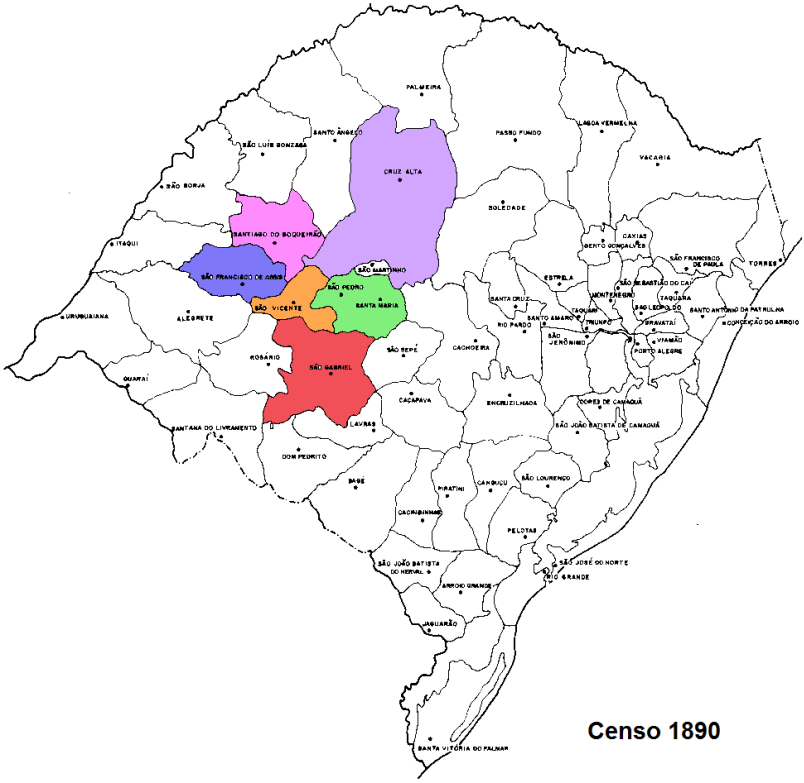


Figura 3: Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos municípios existentes em 1890. Na convergência dos municípios em destaque, o território da Colônia Jaguari, criada em 1889.
Fonte: FEE-Fundação de Economia e Estatística,1981.
Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs.
Acesso em: 14 abr. 2013

Após a promulgação da Constituição do Rio Grande do Sul, as transformações na divisão territorial-administrativa do Estado acontecem por criação, exclusão, restauração ou extinção de municípios. Sua população ultrapassa a casa de um milhão de habitantes em 1900 (Tabela 1).

Tabela 1
População presente no Rio Grande do Sul – Por faixa etária

Idade.....	1872	1890	1900	1920	1940
1-4.....	23.084	147.489	227.535	345.656	519.564
5-14.....	104.424	257.411	322.667	608.530	904.052
15-29.....	118.345	236.019	305.015	622.774	931.029
30-49.....	95.466	173.134	201.337	408.918	654.496
50-69.....	62.469	66.994	53.290	158.388	2600
+70.....	30.750	15.347	14.429	30.994	48.118
Ignorada.....	1,07	1.061	4.797	7.453	3.355
Total.....	446.962	897.455	1.149.070	2.182.713	3.320.689

Fonte: FEE-Fundação de Economia e Estatística, 1981. Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs. Acesso em: 14 abr. 2013.

O Censo de 1890 também é analisado por Joseph Love, naquilo que tange à alfabetização nos municípios gaúchos:

> De um lado, o RS das estâncias, de outro: 58% dos habitantes de Porto Alegre (incluindo as idades de 0-6) e 54,7% dos habitantes de São Leopoldo, a principal colônia alemã, eram analfabetos, contra cerca de 84% de São Borja (no distrito das Missões) e apenas ligeiramente inferiores aos de Quarai e São Francisco de Paula, na Campanha e na Serra Central, respectivamente (LOVE, 1975, p. 59).

Os italianos são o maior contingente dessa expansão populacional do fim do Império. A exemplo dos alemães em 1824, fundam vasta região colonial. Agricultores, em sua maioria, ampliam lavouras e vinhedos. Diversas indústrias são instaladas, ampliando o incipiente parque do Estado. Tecidos, artefatos de metal, tecelagem de lã, artigos de couro, vinhos, são produtos dessa fase dinâmica, forjando as bases econômicas rio-grandenses.

Em 1900, quando do novo recenseamento, o Estado possui 65 municípios (Figura 4).

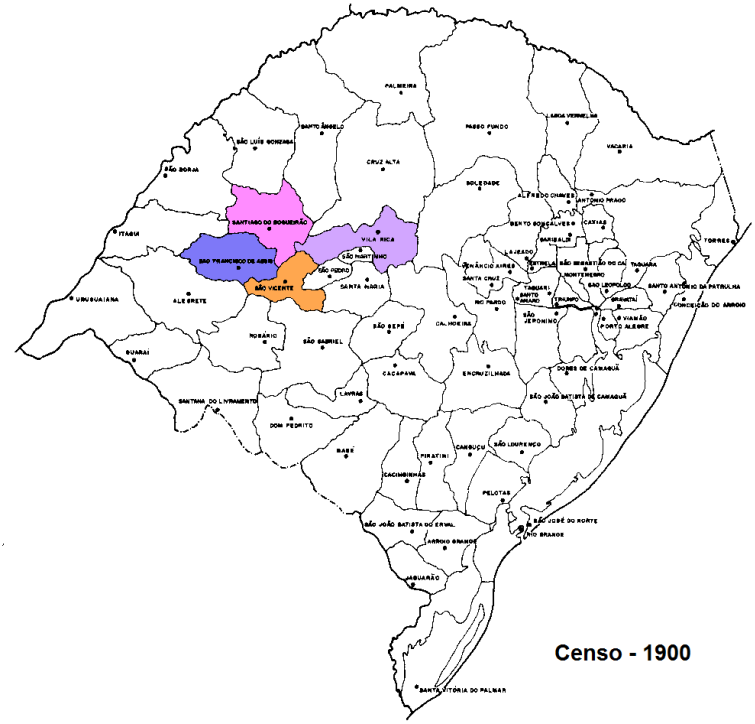


Figura 4: Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos municípios existentes em 1900. Na convergência dos municípios em destaque está o território da Colônia Jaguari, criada em 1889.

Fonte: FEE-Fundação de Economia e Estatística,1981. Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs. Acesso em: 14 abr. 201

O Rio Grande do Sul possui 72 municípios ao final de 1920.

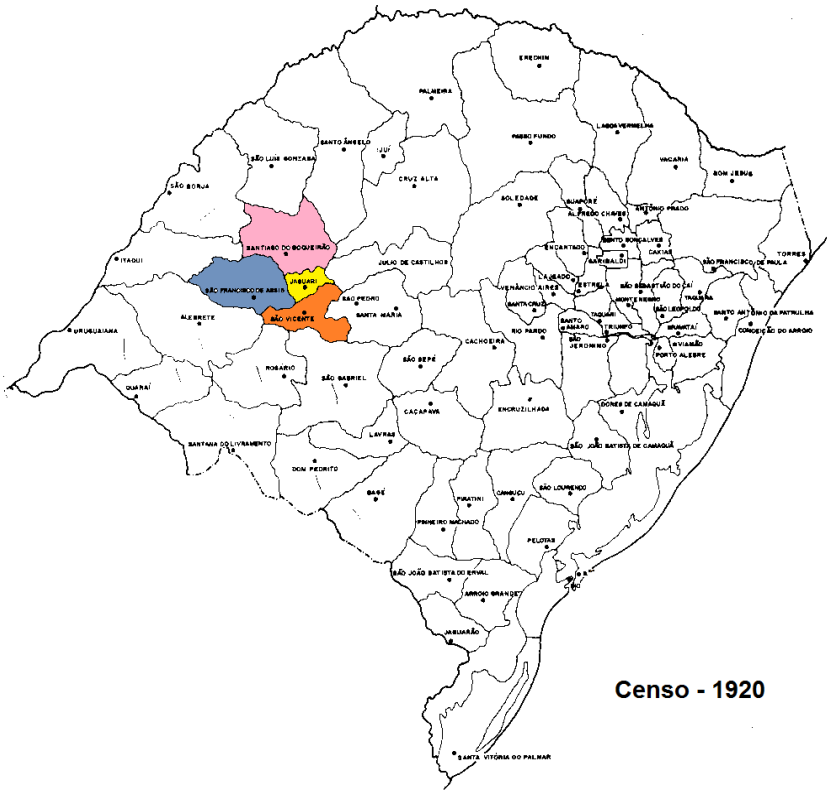


Figura 5: Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos municípios existentes em 1920
Fonte: Fundação de Economia e Estatística. (FEE),1981. Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs. Acesso em 14 abr.2013.

Ao se tornar município autônomo em 16 de agosto de 1920, Jaguari é composto a partir de frações extraídas dos municípios de São Vicente, São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão e de Júlio de Castilhos.

Em 1940, a divisão administrativa do Rio Grande do Sul comporta 88 municípios (Figura 6). A sua população alcança 3.320.689 habitantes.

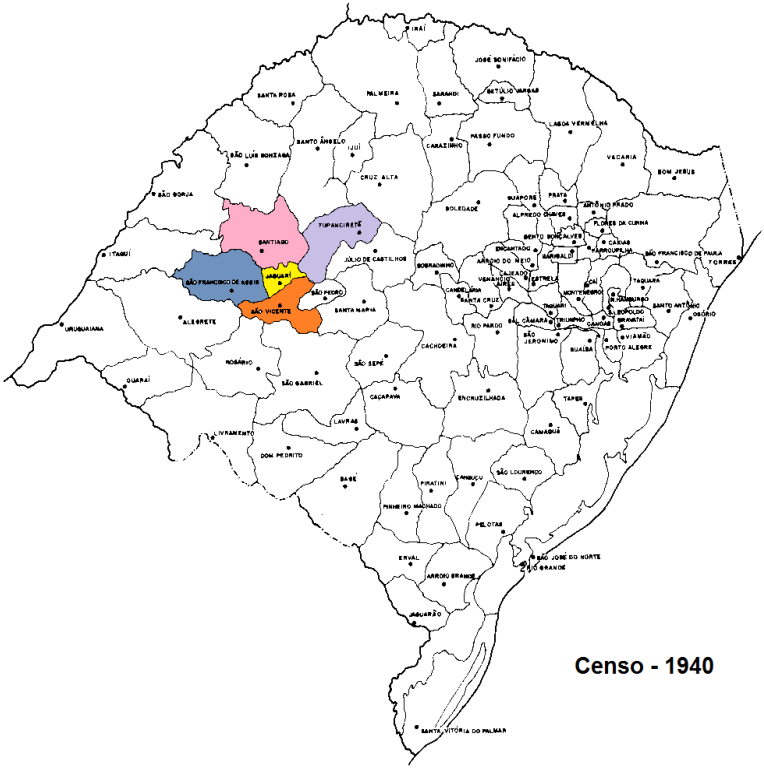


Figura 6: Mapa do Rio Grande do Sul com a localização dos municípios existentes em 1940. No destaque, o município de Jaguari, criado em 1920.
Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE),1981. Disponível em: www.fee.tche.br/sitefee/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs, Acesso em: 14 abr.2013.

1.2 A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E AS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS

O Regulamento da instrução primária e secundária, de 1854, dirigido ao município da Corte no Rio de Janeiro, também inclui normas relativas à jurisdição das Províncias. A denominação de *Reforma Couto Ferraz* para o Regulamento de 1854 (BRASIL, 2015), tanto institui o protagonismo do ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, quanto inaugura a fase das *reformas educacionais*. Reformas, porque dali

em diante a legislação sobre o ensino é de re-ratificação da política educacional do Império brasileiro. Deparava-se com a Reforma da Instrução Pública e a partir daquele momento, as regras para a instrução primária e as condições para o magistério público estão postas. O ensino primário normatizado para escolas públicas compreende a instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, sistema de pesos e medidas do município. As escolas públicas primárias se dividem em duas classes: *instrução elementar*, com a denominação de escolas de primeiro grau; *instrução primária superior*, com a designação de escolas de segundo grau.

O Regulamento de 1867 atribui ao poder público a responsabilidade pela criação de escolas nos núcleos coloniais. As poucas escolas públicas criadas situam-se na sede das colônias, e a distância das propriedades impede o deslocamento dos moradores da zona rural (BRASIL, 1867). Em ofício de julho de 1878, a Inspetoria Especial de Terras e Colonização do Rio Grande do Sul comunica aos diretores das colônias que o Governo deixa para a iniciativa de particulares a criação das aulas, subvencionando-as parcialmente.[3]

A educação no Rio Grande do Sul é submetida ao programa de ensino imperial de 1883, válido até que o seu teor se torne incompatível com proposta republicana positivista de ensino e seja substituído pela nova regulamentação da instrução pública de 1897. No que diz respeito ao ensino primário e elementar, o regulamento aprovado em 1899,

[3] Ofício nº 218, da Inspetoria Especial de Terras e Colonização para os diretores de núcleos coloniais em 01/07/1878, AHRGS. Citado por Terciane Luchese em "Relação entre política e ensino da história". Disponível em: www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/**arquivos**/128**TercianeLuchese**.pdf. Acesso em: 14 abr. 2013.

explicita a extensão da política educacional republicana até as salas de aula do Estado. A realidade da educação gaúcha mostra um quadro contraditório, já que a formação dos professores não propicia a plena vigência da orientação positivista no processo de ensino-aprendizagem vigente para as escolas públicas (CORSETTI, 2008).

A fisionomia fundiária do Rio Grande do Sul, segundo Elomar Tambara, (1995) é alterada de forma significativa com a chegada dos imigrantes. Das propriedades de 50 hectares no início, o Estado passa ao lote padrão de 25 hectares, em oposição ao processo anterior de ocupação do solo, com base na grande propriedade pastoril. No interior desta nova organização espacial, surgem diversos polos culturais, agrupados ao redor da capela e da escola. Essa organização comunitária é responsável pela institucionalização do sistema de ensino adotado no Estado nas áreas privada e pública. Tambara (1995, p.298) afirma que:

> Com relativa facilidade, as escolas criadas nas respectivas comunidades (linhas, travessões, etc.) atendiam a uma demanda relativamente alta, cerca de 50 crianças, pois em um raio de 3 a 4 km da escola viviam de 100 a 150 famílias, algo praticamente impossível no sistema de latifúndio.

De acordo com os censos de 1872 e 1890 (Tabela 2), a Instrução Pública no Rio Grande do Sul, era a seguinte:

Tabela 2

A instrução no Rio Grande do Sul entre 1872 e 1890

Em relação à totalidade da população

Anos	1872	1890
População total.....	446.902	897.455
Lêem e escrevem.....	95.403	226.994
%.....	21,34	25,29

Da análise das leis, decretos, atos, instruções e ofícios do Governo do Rio Grande do Sul, bem como os censos disponíveis, extraímos e compilamos os dados da educação pública primária no Rio Grande do Sul de 1890 a 1919.

Em 1890 são instituídas 65 aulas e remanejadas 42. Em 1891, o governo autoriza 77 novas aulas, remaneja 60 delas e exclui 25. Em 1896 não há criação de novas aulas, só remanejamento.

Entre 1890 e 1896, os números da educação se apresentam de forma totalizada. Neste contexto, só é possível acompanhar a criação, extinção e remanejamento de locais de escolas públicas. Com base na lei de orçamento estadual do ano de 1896, para vigência em 1897, é possível obter um maior detalhamento, e a elaboração dos dados até o ano de 1919, além da previsão orçamentária para 1920.

A partir do início do século XX, além da criação e do remanejamento de locais das escolas públicas, encontramos também estatísticas de nomeação e movimentação de professores públicos estaduais.

Desse modo, consegue-se visualizar de forma detalhada, professores, entrâncias e aulas distribuídas pelo Estado. Compilando esse conteúdo em planilhas anuais, e, a partir delas, elaborando-se um resumo, têm-se um panorama dos números do professorado público primário entre 1896 e 1919 (Tabela 3).

Tabela 3

Resumo dos professores públicos primários existentes entre 1896 e 1919

Anos	Ensino Complementar	Ensino Elementar	Total	Aulas subvencionadas
1896.....	11	600	611	
1900/1901.....	11	872	883	
1904/1905.....	80	1005	1085	
1906/1907.....	24	1126	1150	

1909.....	20	1236	1256	
1910.....	11	1255	1266	
1911.....	11	1256	1267	
1912.....	10	1268	1278	
1913.....	13	1205	1218	
1914.....	11	1735	1746	100
1915.....	16	1104	1120	110
1916.....	16	1031	1047	110
1917.....	16	1052	1068	110
1918.....	50	907	957	110
1919.....	15	1308	1323	110

Fonte: Elaborada pela autora a partir das coletâneas de Leis, Decretos e Atos do Estado do Rio Grande do Sul.[4]

No auge do fluxo migratório, em fins do século XIX a educação pública, mesmo que a disponível seja só a instrução primária, é questão de sobrevivência, de se adaptar a um mundo que se torna cada vez mais competitivo e quer o conhecimento a qualquer custo, como diferencial em sua comunidade, para seus filhos. A imigração é importante para o Estado, sua população em idade escolar está em crescimento. A indústria colonial se manifesta nas regiões de minifúndios, onde estão fixados. Elas são objeto de cobiça por gerarem mais impostos em menor área do que seus vizinhos latifundiários estancieiros.

Ao referir-se às escolas comunitárias rurais do Rio Grande do Sul, Liane Beatriz Moretto Ribeiro (apud: Lúcio Kreutz, 1990, p. 555) assevera que:

[4] REPERTÓRIO DA LEGISLAÇÃO RIO GRANDENSE NO PERÍODO DE 15-11-1989 A 15-6-1925

O. Gráficas A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1925; LEIS, DECRETOS E ATOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1890. OF. Gráficas Casa de Correção. Porto Alegre, 1890; LEIS, DECRETOS E ATOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1908 a 1917. Echenique & C. Pelotas. 1919; LEIS, DECRETOS E ATOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1911. Of. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1912; LEIS DECRETOS E ACTOS DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1910.Officinas Typográficas D`O INDEPENDENTE. Porto Alegre, 1912; LEIS, DECRETOS E ATOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DOS SEGUINTES ANOS: 1891. Of. Gráficas da federação, Porto Alegre, 1914; 1914. Of. Gráficas da federação, Porto Alegre, 1917; 1916. Of. Gráficas da federação, Porto Alegre, 1917; 1918. Of. Gráficas da federação, Porto Alegre, 1920; 1920. Of. Gráficas da federação, Porto Alegre, 1921.

> Diz-se que estas foram particulares, abertas em lugares mais isolados, onde não havia escola pública, e não tinham vínculo com associações italianas, nem com o governo italiano. Nos primeiros anos funcionavam na casa do professor, depois passou a haver uma participação maior da comunidade através da construção de instalações escolares e do pagamento do professor. Os imigrantes que empreenderam iniciativas comunitárias para o processo escolar acreditavam na importância da escola e para várias etnias era a primeira iniciativa comunitária.[5]

A comunidade escolhe um professor ou uma professora entre os colonos mais instruídos, e ele (a) passam a ser professores primários da comunidade. As aulas acontecem na casa do professor; em espaço cedido pelas associações comunitárias ou na casa canônica. Ao lado da capela dedicada ao santo ou à santa protetora existente em todas as linhas, é sempre construído um local de apoio para catequese, reuniões dos membros, etc. No caso da religião católica, se chama *casa canônica*. Na prática, é um local multiuso para festas, reuniões, catequese.

De acordo com Kreutz (2000), nas décadas de 1920/1930, mais de dois mil núcleos de imigrantes no país, mantêm em suas escolas comunitárias a quase totalidade das crianças em idade escolar. O autor recomenda que:

> Ao tratar das escolas étnicas dos imigrantes no Brasil, é necessário que se faça distinção entre escolas comunitárias, escolas particulares de congregações religiosas, escolas laicas urbanas e também escolas particulares em área rural, especialmente nos primeiros anos da imigração (KREUTZ, 2000, p. 173).

[5] KREUTZ. Lúcio. *Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10. Acesso em: 14 abr. 2013.

Jaguari é a última colônia oficial do Império, e é instalada para ser multiétnica. Além de construir locais comuns para as associações comunitárias, há o desafio de consolidar o respeito inter-religioso na colônia. Tanto protestantes quanto católicos buscam professar sua religião, construir seus templos e viver em harmonia. A convivência entre as etnias também passa por certos jogos de força e equilíbrio de poder. A forte interação não exclui a competição , quando se trata do comando das associações e dos clubes. A formação dessas entidades leva em conta a participação de todas as etnias, devendo contemplar em sua diretoria representantes de cada uma delas. E é nesse contexto que entendemos que as aulas da Colônia Jaguari ditas *particulares* são essencialmente *comunitárias.* No caso de Jaguari, são um fenômeno que, na esfera local busca equilibrar relações, harmonizar diferenças em prol da comunidade.

Essa maneira peculiar de ensino, informal, moldada por iniciativas coloniais, que os estudiosos da Educação denominam aulas étnicas, comunitárias ou particulares, também acontece na Colônia Jaguari. Seus reflexos se estendem até o final dos anos 1930.

2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NOS NÚCLEOS COLONIAIS

Na primeira década do século XX, o parâmetro legal para a educação é o Código Epitácio Pessoa[1], aprovado para regular a educação secundária e superior, também contém normas para equiparar escolas particulares às públicas. Dentre outros aspectos, regulamenta horários, programas, exames e salários de professores, acesso das mulheres aos cursos secundários e superiores (BRASIL, 1901).

Em 1906, a instrução pública é reorganizada no Rio Grande do Sul. O Regulamento de 1906 normatiza a carreira do professor, abordando aspectos como jubilação, penas, horários de funcionamento, dentre outros. Cabe ao Estado ministrar o ensino primário livre, leigo e gratuito, dividido em dois cursos: o elementar e o complementar. As escolas elementares são todas do mesmo grau, são divididas em rurais e urbanas, e classificadas em primeira entrância (as escolas localizadas dentro dos limites urbanos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas); segunda entrância (as localizadas dentro dos limites urbanos das outras cidades do Estado); e, terceira entrância (as demais escolas existentes no Estado**).** "É completamente livre aos particulares, no território do Estado, o ensino de qualquer grau, sob as condições de estatística definidas neste regulamento" (RIO GRANDE DO SUL. 1912).

[1] Sancionado pelo decreto federal nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901.

As escolas elementares do Estado são do sexo masculino, feminino ou mistas. Nos núcleos coloniais, as meninas podem estudar em aulas do sexo masculino, desde que a pedido dos pais, com autorização do inspetor escolar e parecer favorável do conselho escolar do distrito. Nas cidades, as escolas devem ter no mínimo 40 alunos. Nas vilas e povoações, 25 alunos, e nos distritos rurais, o mínimo de 15 alunos. Ao atingir a frequência de 60 alunos, o professor pode se recusar a receber mais alunos, desde que haja outras escolas nas proximidades da sua. Professores podem ser removidos das escolas a pedido, por permuta, por acesso, por efeito de pena disciplinar ou por conversão da escola quando essa não tenha a frequência estabelecida em lei.

No início do século XX, estão autorizadas a funcionar na Colônia Jaguari, seis aulas públicas estaduais. Tais aulas e respectivos professores são assim distribuídos:

a) na sede da Colônia, duas aulas, uma do sexo masculino, regida pelo professor Christiano da Nóbrega Lins e outra do sexo feminino sob a responsabilidade da professora Guilhermina Miguelina Schneider Javorski (Figura 7).
b) na área rural, as outras cinco aulas, de diversos municípios. De São Vicente, duas aulas, uma do sexo masculino, ministrada pelo professor Constante Patias, no Marmeleiro[2] e outra, mista, da professora Julia Garcia Figueiredo, no Jaguarisinho. De São Francisco de Assis, uma, mista, sob o comando da professora Camerina Pinheiro, no núcleo Toroquá. De Santiago do Boqueirão, uma, vaga, no núcleo de Ernesto Alves.

[2] Em 1916, a 5ª aula pública do sexo masculino do Marmeleiro, regida pelo professor Constante Patias, passa a funcionar no lugar denominado Fontana Freda.

Figura 7: Primeira professora pública de Jaguari, Guilhermina Javorski e alunos.
Fonte: Museu Municipal de Jaguari. Autor desconhecido.

Em meados de 1902, existem na Colônia Jaguari quatro aulas públicas, sendo duas do sexo masculino, uma do sexo feminino e uma aula mista, com 195 alunos matriculados e frequência de 150. Também funcionam três aulas particulares, com matrícula de 252 alunos e frequência de 215 (MARCHIORI, 2001, p.150-3).

As aulas que identificamos pela consulta à legislação estadual são em maior número do que as acima referenciadas. O que não significa que, pouco mais de um ano após, estivessem suprimidas ou vagas, e, por isso não constassem do relatório do administrador da Colônia, Severiano de Almeida. A informação substancial se refere às aulas comunitárias, pois a fonte corrobora a existência destas aulas na Colônia Jaguari.

No início do século XX, a Colônia tem cerca de 13.000 habitantes de diferentes etnias, em maior número, a italiana. A sede tem 1.650 habitantes, duas igrejas, uma protestante e outra católica. As etnias polonesa, alemã e austríaca têm cada uma a sua sociedade. Os italianos, têm duas sociedades de mútuo socorro. Além destas, existe a sociedade ginástica, a sociedade de atiradores e duas bandas de música na sede.

Referindo-se ao processo de escolarização na região colonial italiana na Serra Gaúcha, Terciane Luchese (2007, p. 151) afirma que:

> As escolas públicas laicas e gratuitas, foram constantemente requisitadas pelos imigrantes. As estratégias utilizadas pelo Estado e pelas Intendências para suprimir a demanda escolar estiveram vinculadas, especialmente, à subvenção escolar.

A resposta do Estado a essa demanda se converte em política educacional, o que, segundo a autora, se depreende da regulamentação para o subsídio às escolas particulares (RIO GRANDE DO SUL, 1910).

> Decreto nº 1480, de 27 de maio de 1909. Regula a concessão de subvenção às escolas particulares. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul considerando a necessidade de prover sobre a justa aplicação da verba orçamentária destinada à subvenção das escolas particulares e no intuito de difundir mais o ensino cívico e da língua nacional entre as populações rurais de procedência estrangeira, resolve no uso das atribuições que lhe conferem nos n. 3 e 4 do artigo 20 da Constituição política, decretar: Art.1º. O Estado poderá conceder subvenção pecuniária às escolas primarias que tiverem, durante seis meses, a frequência mínima de trinta alunos, que hajam obtido aproveitamento prático em geografia, história do Brasil e do Estado e falem, todos, a língua nacional. Art. 2º. O pedido de subvenção será dirigido ao Presidente do Estado e instruído com prova de idoneidade moral e profissional do professor ou professora. Art. 3º. O Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, à vista do pedido de subvenção, mandará fiscalizar a escola pelo prazo referido ao artigo 1º por pessoa competente, que em informações mensais exporá o que observar sobre: estabilidade, necessidade e frequência da escola, aproveitamento dos alunos, método de ensino, idoneidade moral da pessoa do diretor e docente, e o que mais possa interessar. Art.4º. Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, o Presidente do Estado, tendo em vista as informações do fiscal, resolverá sobre a concessão da subvenção, continuando a escola sob a fiscalização do Governo do Estado. Art. 5º. Será cassada a subvenção desde que

> a escola deixe de cumprir qualquer das condições estabelecidas, quando se tornem desnecessárias, ou quando sua frequência descer a menos de vinte e cinco alunos, durante seis meses consecutivos. Art. 6º. O Estado empenhar-se-á junto à Assembleia dos Representantes e Intendências Municipais, no sentido de ficarem as escolas subvencionadas isentas de pagamentos de impostos estaduais e municipais de indústrias e profissões. Art. 7º. Poderá o Estado independentemente de subvenção, conseguir a isenção de pagamento de impostos de indústrias e profissões estaduais e municipais para as escolas particulares primárias que satisfazerem as condições estatuídas no art. 1º, verificadas pela forma determinada no art. 3º. Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 27 de maio de 1909.
>
> Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Protásio Alves.

O governo estadual corrobora a existência das subvenções rurais como meio eficaz para estimular o ensino nas áreas rurais onde cresce a população infantil.

Sob o argumento de conveniência de serviço, o Estado extingue a Inspetoria Geral da Instrução Pública, e a subordina à Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior. A dupla à testa do Estado e da nova Secretaria é formada por Carlos Barbosa e Protásio Alves (RIO GRANDE DO SUL, 1912).

2.1 A REOFICIALIZAÇÃO DO ENSINO E A ABSORÇÃO DAS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS

Admitir a obrigatoriedade estatal para com a educação não significa evitar seus reflexos, como a luta pelo controle político entre positivistas e liberais. Na Primeira República intensificam-se práticas e ideias liberais, como a autonomia aos Estados na condução da educação, por exemplo.

A desoficialização do ensino, levada a termo pela Reforma Rivadávia[3], entre os anos de 1911-1915, busca um campo para desenvolver a educação, em um momento brasileiro de sujeição da sociedade civil aos interesses de poucos (BRASIL, 1911). De acordo com Carlos Roberto Jamil Cury (2009), esse recuo do Estado, tem como maior consequência:

> Deixar um campo livre para que toda sorte de inescrupulosos tomassem de assalto a educação. Aqui está a desoficialização. É o fim do Estado Educador, é a famosa defesa positivista de que o *poder espiritual* não pode ser tutelado pelo *poder temporal* dos governos. O diploma era considerado um ato oficial de governo cujo *privilégio* seria o de ser oficial e de ser o critério para equiparação existente até então desde o Império.

No período da primeira guerra mundial (1914-1918), nota-se a movimentação do governo da República no sentido de absorver e tomar para si o controle do ensino no país.

A reoficialização se dá com a Reforma Carlos Maximiliano, que pretende reorganizar a educação, retornando o ensino secundário e superior à condição de estabelecimentos oficiais e equiparados. Todavia, o conteúdo do decreto lei 11.530, de 18 de março de 1915, comparado ao Código Epitácio Pessoa, de 1901 e sua sucedânea de 1911, a Reforma Rivadávia, evidencia um aprofundamento do controle sobre as instituições de ensino absorvidas. É criado o Conselho Federal de Ensino, ao qual estão subordinados os inspetores escolares. A estes, a lei confere papel de destaque mediante a aplicação de inspeção detalhada e hierarquizada dos estabelecimentos escolares.

[3] Reforma Rivadávia: Decretos: nº 8.659 a nº 8.663, de 05 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República.

Os relatórios municipais examinados reforçam a obediência às condições exigidas em 1915 pelo Estado, em leis específicas para a educação. As informações exigidas incluem, dentre outras, número de escolas, atuação do professor, currículo e, custos da educação no município subsidiada ou não. O governo ratifica os auxílios concedidos em 1915, e fixa o valor das novas subvenções escolares no exercício de 1916. São 57 aulas orçadas em Rs. 33:000$000 anuais, à razão de Rs. 50$000 por aula (RIO GRANDE DO SUL, 1917). Sob a justificativa de que a experiência exige que se modifique o regulamento de instrução pública, são alterados os currículos, tempos de estudo, matrícula, forma de exames, notas, programas de ensino.

São alterações da instrução pública primária no Estado no contexto da Reforma Carlos Maximiliano, de 1915 (BRASIL, 1915).[4]

Com a primeira guerra mundial em sua última fase, o governo federal utiliza o mecanismo da subvenção para acelerar o processo de nacionalização do ensino.

O Decreto legislativo nº 3.361, de 26 de outubro de 1917, direciona recursos para a criação de escolas nos municípios constituídos por antigas colônias de europeus (BRASIL, 1917).

No ano seguinte, o Decreto nº 13.014,[5] estipula as condições do auxílio:

> Art. 1º. O Governo Federal auxiliará com a quantia de 1:800$ anuais a manutenção de cada escola fundada pelos governos dos Estados, depois da publicação do presente decreto, e destinadas, precipuamente, ao ensino da

[4] Reforma Carlos Maximiliano: Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino.

[5] BRASIL. Decreto nº 13.014, de 4 de maio de 1918. Dispõe sobre o auxílio concedido pelo Governo Federal para manutenção de escolas nos Estados e dá outras providencias. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13014-4-maio-1918-526952-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 03 jul. 2016.

> língua portuguesa e da geografia e história do Brasil, em municípios constituídos por antigas colônias de europeus, hoje emancipadas. Art. 2º. Um inspetor, nomeado, em comissão, pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, visitará as escolas subvencionadas, e, em relatório trimensais, dará o seu parecer, circunstanciado, sobre a eficácia ou deficiência do ensino ministrado nos novos institutos. Art. 3º. Em cada Estado subvencionado haverá um inspetor, que perceberá a gratificação, mensal, de 600$, além de uma diária de 15$, quando estiver em serviço fora da respectiva sede, serviço que será comprovado pelo relatório, devendo os ditos inspetores observar as instruções expedidas pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores. Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1918. Wenceslau Braz Gomes. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

O período da primeira guerra mundial coincide no Rio Grande do Sul com um esvaimento do projeto político de Borges de Medeiros. Qual a área que tem de ser reforçada para revigorar o Borgismo? A área cultural é escolhida. Contraditoriamente, a doutrina positivista que diz que o Estado não deve se intrometer na educação, agora está diante de uma absorção do ensino. Nessa intromissão, a emergência dos movimentos sociais e de organizações anarco-sindicalistas. Com as greves dos anos 1917/1918, o governo tem que tomar medidas enérgicas e a solução é realinhar-se a uma política dentro da ótica do capital. No aspecto ideológico, a ação decisiva na área escolar. Preventivamente, o governo Borges já se antecipa cumprindo as ordens federais e determinando a municipalização do ensino.

Desse modo, em agosto de 1918, três meses após o Governo Federal direcionar recursos à educação primária nos núcleos coloniais, o governo gaúcho efetiva a medida no Estado. A lei federal destina o auxílio a escolas criadas a partir da promulgação do decreto sob referência, mas é difícil instituir tantas escolas em um curto espaço de tempo. Ao criar 167 aulas

em zonas de imigração, pelo Decreto nº 2.365, o Estado nada mais faz do que absorver pela subvenção as aulas comunitárias existentes:

> Decreto nº 2.365, de 23 de agosto de 1918. Criando mais 167 escolas nas zonas habitadas por população de origem imigrantista. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 20, alínea 25 da Constituição do Estado: Considerando que o crescimento natural da população de origem imigrantista em alguns municípios do Estado torna necessário a maior difusão do ensino da língua vernácula; considerando que em virtude das condições peculiares à infância em tais zonas, convém que as respectivas aulas, subvencionadas pelo Estado, obedeçam a um regime especial; considerando ainda a conveniência de uniformizar esse regime com o decreto federal nº. 13.014, de 4 de maio de 1918, resolve: Art. 1º. Ficam criadas 167 escolas nas zonas habitadas por população de origem imigrantista, destinadas precipuamente à educação cívica e ensino da língua portuguesa, geografia e História do Brasil. Art. 2º. A localização e provimento dessas escolas serão feitos pela Secretaria do Interior e Exterior, com audiência do Inspetor Escolar Federal, sendo os professores subvencionados de acordo com as instruções expedidas em 11 de junho pelo Ministério do Interior para a execução do citado decreto nº. 13.014, de maio deste ano. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo em Porto Alegre, 23 de agosto de 1918. Antônio Augusto Borges de Medeiros e Protásio Alves (RIO GRANDE DO SUL, 1920).

Para o governo federal, a finalidade específica desta absorção é tornar a figura do Estado mais presente nas zonas de imigração europeia. Recém terminada a primeira guerra mundial, a relação entre as populações de origem alemã e italiana, bem como entre o governo brasileiro e a igreja se torna mais complexa. Acentua-se a pressão pela nacionalização do ensino, num movimento que tem entre os seus ingredientes a supervisão assídua das escolas particulares ou comunitárias por parte do Estado, o fechamento de escolas, a adoção do português como língua única.

Decorridos menos de dois anos, o programa governamental rumo à nacionalização do ensino em massa segue seu curso. Desde a esfera federal, passando pela estadual, a absorção e, a construção de escolas novas, são indicadores dessa transformação. A concessão do auxílio se intensifica. O aumento no valor a ser pago aos professores, mesmo ínfimo, têm o objetivo de estimular a alfabetização primária e intensificá-la nas áreas mais remotas, onde só as aulas comunitárias ou particulares chegam. São levadas a cabo em fevereiro de 1920, a distribuição de 1.126 subvenções escolares no Rio Grande do Sul, Jaguari e região incluídas.

Para aqueles que trabalham mais por devoção que por remuneração, o auxílio vem em boa hora. É claro, têm a exigência de se ensinar só em português, seguir o programa de ensino do Estado e se adequar às suas normas. Mas já não se tem mais colônias só de imigrantes. São gerações que crescem por aqui, constroem suas cidades e querem tomar parte nos destinos delas.

A municipalização da escola comunitária está relacionada ao modelo de reoficialização da educação que o Estado adota após a primeira guerra mundial e intensifica nas décadas de 1920 e 1930. Assim, na transição de uma educação desoficializada para uma educação oficializada, emerge a permanência de um fenômeno existente desde o Império: o coronelismo, essa onipresença do poder político das oligarquias regionais sobre a população.

2.2 O CORONELISMO

No ano de 1920, Borges de Medeiros segue alterando o perfil da administração estadual, reorganizando a máquina administrativa. Isso resulta na criação de cargos no Tesouro do Estado, na capital e em

municípios limítrofes, além da nomeação de intendentes provisórios de municípios como Jaguari, Uruguaiana e Santa Maria.

No Rio Grande do Sul, face à configuração minifundiária de ocupação do solo nas regiões de colonização, começam a se formar novas frações de classe. Desta maneira surgem e/ou são impulsionadas as camadas médias da sociedade, ligadas aos setores agroindustriais e agrocomerciais. A proeminência econômica que os colonos passam a usufruir lhes permite ocupar pouco a pouco o espaço político, mesmo que não estejam vinculados aos setores tradicionais da sociedade gaúcha. A necessidade do líder em qualquer estrutura social, característica da cosmovisão positivista é associada ao Castilhismo. As concepções comtianas tornam o coronelismo emergente mais avançado que o típico coronel do Império.

Para Victor Nunes Leal (1976) o coronelismo é uma espécie de compromisso entre o poder público e o privado durante a Primeira República. É um contraponto entre o poder público ascendente e as chefias locais, donos de terra, cada vez mais decadentes. Ambos possuem uma certa debilidade. Sem a liderança do coronel o governo não se sente obrigado a um tratamento de reciprocidade e, sem essa reciprocidade, a liderança do coronel fica diminuída. A propriedade da terra se constitui o fundamento em que se baseia o coronelismo. Proprietário de terras e dono de votos, eis a essência do coronel. Aos moldes de outros locais do Brasil, o coronelismo também ocorre no Rio Grande do Sul principalmente nas regiões onde predomina o estancieiro latifundiário.

No Rio Grande do Sul a adaptação dos ideais positivistas à estrutura político-administrativa decorre da justaposição das ideias comtianas com as de Júlio de Castilhos, para adequá-las à realidade da província. Face a estas singularidades, se denomina de “castilhismo”,

para diferenciá-la da forma ideológica pura. A estrutura do castilhismo baseia-se no funcionalismo público, de modo especial no interventor e no delegado de polícia, autoridades geralmente designadas pelo partido dominante, o Partido Republicano Rio-Grandense.

A primazia do chefe e a formação de uma organização burocrática no poder, norteia a estratégia de dominação política do Partido Republicano Rio-Grandense. Por este mecanismo se universaliza no Estado as bases de apoio partidárias. A habilidade de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, num primeiro momento e, após, de Borges de Medeiros, é essencial para o sucesso desta universalização. Trata-se de escolher nomes que atendam aos pré-requisitos de subserviência política, que, em última instância, garantam a continuidade do castilhismo no poder. Duas estratégias básicas podem ser percebidas na consecução deste intuito, sendo:

> A primeira, baseada em mecanismos tradicionais de dominação política, a rigor, consistia numa burocratização da relação governo/coronel; a segunda era estruturada em um processo de inculcação cultural da concepção de mundo castilhista, através da escola. Deste modo, o processo de estruturação de um novo tipo de sociedade acontece concomitante ao processo de conformação do sistema escolar no Rio Grande do Sul. A nova fração da classe dominante viu na escola um coadjuvante eficaz no papel de socialização da população dentro de um padrão que ia ao encontro das suas aspirações. Fora isso, as modificações do sistema produtivo exigiam uma relativa qualificação da força de trabalho, o que o sistema agropastoril não exigia com tanta intensidade. (TAMBARA, 1995, P. 67-8).

De acordo com Joseph Love, (1975) a condição essencial para alguém exercer o poder local é a capacidade de ser obediente ao governador, da

sua disposição para acatar decisões vindas do governo. Disso decorre a denominação de coronel de gabinete, ou coronel burocrata.

O conceito de "coronel burocrata" atribuído por Love, tem a sua extensão contestada por Loiva Otero Félix (apud: Gunter Axt, 2011, p. 32-3).

Neste sentido, a nomeação de Chimieleswki, primeiro intendente de Jaguari, preenche os requisitos que são caros ao Presidente do Estado e do PRR. Trata-se de um funcionário público, bacharel em Direito, em condições de agraciar com informações privilegiadas a chefia estadual. Contudo, a exemplo de outros intendentes nomeados para núcleos coloniais, é um elemento estranho à população local.

Jaguari se torna município no período da crise político-econômica, que irá redundar na Revolução de 1923. Assim, a história local está ligada à política, à economia e aos demais campos com os quais se relaciona. É impossível compreendê-la dissociada das relações de poder e da "economia" que regem a condução política. A história da instrução primária em Jaguari perpassa a história política do município. E esta, por sua vez, está ligada a história econômica dessa população, à sua sobrevivência.

De acordo com Maria Antonieta Antonacci (1981, p. 37-9), durante a primeira guerra mundial abre-se a oportunidade para as regiões produtoras de carne de outros países. Isso se reflete na expansão da pecuária gaúcha. Com mercado garantido, e supondo que a euforia econômica perdurasse por muito tempo, os pecuaristas gaúchos realizam investimentos que aumentam a qualidade e quantidade dos rebanhos rio-grandenses. Por outro lado, tais investimentos também encarecem a atividade em si. Com o aumento das exportações, volta à baila o problema dos transportes, que o governo traz para dentro do âmbito político-governamental. O governo estadual usa os saldos do tesouro

estadual em poder dos bancos rio-grandenses, além de realizar empréstimos internos, na reorganização da viação férrea. Os atos de encampação são criticados pelo grupo de oposição ao poder. A isso se acrescenta a retração dos mercados consumidores no pós-guerra e a luta pelo mercado interno brasileiro. No Rio Grande do Sul, bancos que emprestam dinheiro para expandir a produção adotam restrição ao crédito. Os produtores entendem que o Estado deve auxiliar e proteger as atividades produtivas. No início, o movimento dos produtores está confiante de que o seu apelo ao governo do Estado, na pessoa de Borges de Medeiros, será atendido. Todavia, seguindo a orientação positivista do Partido Republicano Rio-grandense, que não admite a intervenção do Estado na sociedade, o governador não atende aos pedidos do setor agropastoril. Antonacci (1981, p. 40) entende que " a crise econômica do pós-guerra revelou – no interior da classe dominante gaúcha – formas distintas de entender e conceber o Estado em suas funções e relações com os grupos sociais. Os problemas levantados pela crise econômica de 1921, assumiram conotação política e possibilitaram uma luta pelo poder no RS".

Em 1922, termina mais um mandato de Borges de Medeiros, e o PRR se prepara pela quinta vez para lançar sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul. Borges defende sua reeleição, em nome da continuidade administrativa. É no período de 1921 a 1923 que a oposição se coliga em um movimento político que, em 1924, se constitui na "Aliança Libertadora" e, em 1928, forma o "Partido Libertador".

A perspectiva dos grupos de oposição valoriza a indústria pastoril e da terra. Já os republicanos são contrários à especialização produtiva. Para eles, a região colonial é o padrão republicano para o aumento e divisão do trabalho, da diversificação da produção rio-grandense.

Miguel Chimieleski se notabiliza por ficar pouco tempo em Jaguari, mas isso não impede que a população de origem italiana o apoie, contribuindo para cristalizar a ideia de que se trata de um município tranquilo, aderente ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tanto que, da nomeação provisória à efetivação por voto, a unanimidade é a tônica. Se algumas vozes divergem, e o intendente se lembra de registrá-las no seu primeiro relatório em 1920, elas silenciam ou aderem. A eleição de 25 de setembro de 1921 tem chapa única: Miguel Chimieleswki e Cloraldino Teixeira, respectivamente, eleitos Intendente e Vice-Intendente. Na mesma ocasião, são escolhidos os sete conselheiros municipais. A lei orgânica do município é aprovada em 14 de novembro de 1921 (MARCHIORI, 1999).

2.3 A CULTURA ESCOLAR

Uma vez investido no cargo, o intendente, é, ao mesmo tempo autoridade política, policial e gestor dos instrumentos financeiros e econômicos que administra por delegação do governo estadual.

Em Jaguari, este ciclo efetiva-se com a eleição de Miguel Chimieleski em 1921, que se pauta pela vigilância à aplicação das políticas emanadas do Presidente do Estado e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), especialmente naquilo que diz respeito à política educacional. Desse modo, o intendente municipal se torna também um agente do processo de inculcação e consolidação de uma nova cultura escolar, direcionada para a valorização do nacionalismo.

Os trabalhos sobre cultura escolar surgem nos anos 1980, mas a ideia de uma cultura escolar se fortalece nos anos 1990. Daí decorrem tendências investigativas diferenciadas: da História à Sociologia, da

política educacional à prática pedagógica. Porém, independente da abordagem, reconhece-se a existência de uma cultura própria dessa instituição, que harmoniza a escola de uma maneira particular, com uma prática social peculiar e única. De acordo com Fabiany de Cássia Tavares Silva (2006, p. 202), essa cultura escolar é constituída por:

> a) atores ou agentes: famílias, professores, gestores e alunos;
> b) discursos e linguagens: modos de conversação e comunicação;
> c) instituições: organização escolar e sistema educacional e;
> d) práticas: tipos de comportamento cristalizados ao longo do tempo.

Os quatro distritos de Jaguari possuem um responsável cada um, ligados à folha de pagamento da prefeitura. As dezessete seções têm cada uma um fiscal, inspetor, subdelegado, funções reunidas, às vezes em uma única pessoa. Essa estrutura administrativa hierarquizada, e sob o comando municipal do Intendente, fixa-se e permanece ao longo da história do município. O depoimento do senhor João Damásio Catelan[6] corrobora e ratifica práticas de organização social enraizadas cuja origem remonta aos primórdios da imigração.

A cultura escolar, segundo Dominique Julia (2001, p. 10), " é o conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e de práticas para transmitir esses conhecimentos e incorporar comportamentos". Normas e práticas escolares são ligadas a finalidades que variam conforme a época – religiosas, sociopolíticas ou de integração. Os professores são chamados a obedecer a essas ordens, e utilizar dispositivos pedagógicos para facilitar sua aplicação. Além disso, fora dos muros da escola se pode identificar formas de pensar e

[6] Depoimento destinado ao acervo de história oral da PUCRS.

agir existentes na sociedade que só concebem a aquisição de conhecimentos pelos processos formais de escolarização.

De acordo com João Barroso (1996, p. 6-7), a escola produz uma cultura especifica, construída na longa duração do processo histórico que lhe dá origem. É uma autonomia relativa de cada escola em particular que se traduz em valores, imagens, símbolos, normas, estruturas, rotinas, processos por ela produzidos e conservados. São continuidades e permanências, resistências à mudança que respondem pelo relativo insucesso das tentativas do poder político em reformar o ensino. É o apoio no passado para defender-se da influência externa do presente.

Na história cultural desse grupo de imigrantes e seus descendentes, suas ligações comunitárias como fator de sobrevivência, vislumbra-se o esboço de uma sociedade que se constrói a partir da forma como se equilibram as forças nesse microcosmo. Das suas relações culturais, emerge o contexto religioso, educacional que cria uma teia de forças, um bloco de controle local, nas mãos da população e hierarquizada dentro dela. Essa rede foi a maneira encontrada por essa gente aglomerada de uma forma pouco usual para a região rural gaúcha, frente ao desafio de sobreviver ao peso das relações de poder emanadas de estratégias governamentais.

Nesse enfoque, que tipo de cultura escolar está se formando por ocasião dessa municipalização tutelada do ensino nos núcleos coloniais?

A educação primária, pelo menos, é uma necessidade premente entre os imigrantes. Afinal, para pagar as prestações do lote adquirido, construir a moradia e alimentar a família, é preciso saber administrar cada moeda que entra no bolso. Isto vale para o imigrante e para os filhos. Saber ler e escrever, e principalmente, fazer as quatro operações de somar, diminuir, multiplicar e dividir é necessidade básica.

Quais questões emergem das pesquisas que fogem do senso comum? Citamos aqui duas delas: A escola é importante para o colono e se traduz na matrícula e frequência dos seus filhos? Se positivo, tanto meninos quanto meninas são matriculados igualmente na escola?

Dentre as respostas possíveis, emergem das pesquisas números que, preliminarmente, fogem ao senso comum, quais sejam:

Em primeiro lugar, temos um regime de pequena propriedade, onde os lotes coloniais de 25 ha demandam toda mão de obra disponível no grupo familiar. Em tese, os ciclos de trabalho agrícola são mais importantes que os bancos escolares na atração da presença infantil. A regularidade ou não da frequência dos filhos da população rural de Jaguari aparece nas fontes pela transcrição de matrículas e frequências ali informadas. Por outro lado, mostra a exigência do Estado em se manter inteirado do que ocorre na educação primária, tanto pública, quanto particular.

Em segundo lugar, os levantamentos iniciais revelam um aspecto ligado à questão de gênero que precisa ser melhor analisado[7], qual seja: os números que apuramos mostram a prevalência do sexo feminino nos bancos escolares de Jaguari, no período sob análise. Pelo senso comum, os pais prefeririam os meninos no quesito escolar, diante da necessidade de instrumentalização para o trabalho. As meninas seriam relegadas a um segundo plano, direcionadas para as tarefas domésticas. Pelo que a realidade de Jaguari apresenta, o assunto demanda pesquisas futuras, o qual deixamos em aberto por não ser objeto deste trabalho.

As aulas continuam sendo ministradas onde sempre o foram. Ou seja, na casa do professor, na canônica, na sede de associações ou em

[7] Não trataremos desse assunto aqui, por não ser objeto desse trabalho

lugares cedidos por algum membro da comunidade. Do exame de livros contábeis municipais, entre setembro de 1920 e julho de 1921, não há registro de gastos com a construção de escolas rurais. Há apenas uma referência a auxílio para a instalação de aula no 4º distrito (LIVRO CAIXA, 1920-21, p. 176).

A diferença é que agora vem dinheiro para ajudar a pagar os professores por parte do Estado. O município também é chamado a subvencionar os professores, e na contabilidade oficial constam pagamentos de auxílio municipal. A questão é a periodicidade com que esta quitação é efetuada. Nem o auxílio municipal, nem o estadual são pagos em dia, embora o recebimento pelos professores esteja previsto para o final de cada mês de trabalho. A contabilidade municipal examinada mostra atrasos constantes durante todo o período.

Quais são as pessoas que estiveram à frente desta experiência singular que foi a das escolas comunitárias, agora em processo de municipalização pelo governo?

Quais os professores e as professoras que deram conta desta educação comunitária e que estão agora numa espécie de vazio legal, visto que não são exatamente servidores públicos; apenas recebem auxílio do poder público estadual ou municipal?

Seja por vocação para o conhecimento, seja por necessidade, as escolas comunitárias rurais têm lugar de destaque na educação de Jaguari, ao longo de quase cinquenta anos. Imigrantes, descendentes, professores e suas escolas, ora resistem, ora aderem, no intuito de garantir o bem maior que permite a sobrevivência com dignidade: o saber.

3

A TRAJETÓRIA DA MUNICIPALIZAÇÃO TUTELADA DAS AULAS COMUNITÁRIAS RURAIS EM JAGUARI ENTRE 1921 E 1936

A ação do governo brasileiro no período de 1889-1930 revela a intenção moldar-se como Estado moderno, marcado pela presença e atividade do poder político nacional. Há uma ampliação da burocracia estatal e multiplicação dos campos de ingerência governamental. Nas primeiras décadas do século XX, se constata o fortalecimento do Estado. No que diz respeito à educação, a União centraliza a legislação sobre a educação primária no país, ao tempo em que atribui aos Estados a implementação final dessa educação.

Embora garantida como um direito nos seus artigos 35 e 72, a Constituição Federal de 1891 não explicita a gratuidade da educação, nem a obrigatoriedade dos Estados de implantar uma rede mínima de escolas, ficando a sua execução a juízo das lideranças locais. A União diminui de fato suas obrigações em relação à educação. Embora de maneira não explícita, permite o funcionamento de escolas particulares, notadamente religiosas (BRASIL, CONSTITUIÇÃO de 1891).[1]

No início da década de 1920 começam a se definir os contornos de uma preparação institucional para a nacionalização compulsória do ensino, que inclui as aulas comunitárias ou étnicas. É neste ano que o governo estadual divulga lei orçamentária autorizando subvenção a 1.178

[1] BRASIL. Constituição de 1891. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html/ Acesso em: 6 jun. 2013.

aulas no Rio Grande do Sul. Estão a cargo das Comissões de Terras e Colonização em Erechim, Guarani, Santa Rosa, Palmeira, Passo Fundo e Soledade, 52 aulas. São distribuídas pelos 71 municípios, 1.126 aulas.[2] As outras três são atribuídas à aula de índios de Lagoa Vermelha e a dois cursos de trabalhos manuais na capital (RIO GRANDE DO SUL, 1921, p. 191).

É um processo que vem acontecendo de forma preventiva a partir da primeira guerra mundial, que consiste na implantação de escolas públicas ao lado daquelas criadas por iniciativa dos imigrantes nos núcleos coloniais.

Em Jaguari, após a emancipação em 16 de agosto, nos meses restantes de 1920, o Intendente provisório se dedica a organizar a estrutura administrativa municipal, além de atender à demanda dos órgãos estaduais por estatísticas referentes a Jaguari, dentre eles, a situação escolar. O assunto é melhor esclarecido mediante o exame do livro de protocolo do município, que contém a troca de correspondências oficiais. Na resposta de 27 de dezembro de 1920 à primeira demanda do Estado - informações acerca da educação – tem início a troca de correspondências entre o intendente provisório, Miguel Chimieleski, e a Secretaria do Estado dos Negócios e do Interior. Dentre outras atribuições, estão, dentro da alçada dessa última, a gestão dos assuntos educacionais. As informações que a Secretaria pede devem ser respondidas dentro do exercício corrente. Os Subintendentes são incumbidos de elaborar a relação com os nomes dos professores que dão aulas nos distritos com subvenção estadual, além de dados como mapa de matrícula e frequência, local de funcionamento. Onde o auxílio do Estado se

[2] Jaguari foi emancipado em agosto de 1920 e o decreto orçamentário é de fevereiro do mesmo ano. As suas subvenções ainda estão distribuídas pelos municípios de São Vicente, São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão e Júlio de Castilhos.

fizer necessário, informar a quantidade de crianças, relacionar seus nomes e o de seus pais (LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS, 1921-26, p. 2).

O munícipio presta as informações solicitadas: São cinco aulas estaduais, sendo quatro na sede e uma distante duas léguas da Vila, na localidade de Fontana Freda, no primeiro distrito. Existem também oito aulas comunitárias que o Estado auxilia, cujo repasse é feito por intermédio de São Vicente, São Francisco de Assis e Santiago, para quatro, três e uma aulas, respectivamente. Na prática, esse rol de informações se destina ao controle da Educação primária pelo Estado. Isso não significa que a absorção das escolas comunitárias não seja intensificada a partir da autonomia administrativa. Porém, o custeio dessa transição é bancado pelos cofres municipais (Apêndice C). Jaguari recebe apenas mais *uma s*ubvenção estadual dentro do recorte temporal deste estudo, de 1921 a 1936.

A prévia do texto da Lei Orgânica Municipal é submetida ao governo estadual. Embora o teor das correspondências mencione que a atribuição de elaborar a lei seja do Conselho Municipal, Miguel Chimieleski insiste em obter o referendo estadual para o projeto de lei. Entre outubro e novembro de 1921, são diversos telegramas dirigidos a Borges de Medeiros pedindo a remessa de instruções, e se, fosse o caso, de uma das duas vias do projeto de lei orgânica encaminhados a Borges (LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS, p. 16-8).

A primeira Lei Orgânica do município é promulgada em 14 de novembro de 1921, cujo parágrafo 7º do artigo 23 determina aos Subintendentes: “tomar todo o interesse pela proficuidade da instrução pública municipal, bem como da estadual e federal, sobre as quais deverá informar a quem de direito”. No artigo 52, a lei prescreve que “o

ensino público elementar do município será livre, leigo e gratuito" (JAGUARI, 1922, p. 14).

Na educação pública primária em 1921, conservam-se as cinco aulas estaduais, sendo quatro na sede e uma na Fontana Freda. As aulas comunitárias, localizadas nos distritos são dezenove, e atendem 559 crianças. É solicitado um funcionário à parte alheio aos demais serviços administrativos do distrito para inspecionar essas aulas, pelo menos uma vez por mês (JAGUARI, 1922).

No que se refere às finanças municipais ao final de 1921, a situação não é tão boa quanto os relatórios do intendente buscam demonstrar. O ano contábil vai da criação em agosto de 1920 a setembro de 1921. Do total da Receita em setembro de 1921, 28% é dívida passiva, empréstimos junto a bancos e terceiros. Neste percentual estão dívidas remanescentes da ex-colônia e o valor referente à aquisição de sede própria para a Intendência, adquirida por 17:000$000. Em julho do ano seguinte, o Conselho Municipal autoriza o Intendente a captar recursos mediante a emissão de apólices municipais, até o valor de Rs. 100:000$000, juros de 8% ao ano, destinada à consolidação da dívida passiva e melhorias nas estradas. Um professor de escola comunitária, Francisco Tambara adquire as três primeiras apólices, em 21 de agosto de 1922, seguido por industriais, empresários e produtores rurais (LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS, 1922, p. 37).

Essa situação financeira frágil irá permear a vida do município nos próximos quinze anos. De setembro de 1922 a novembro de 1925, são emitidas 641 apólices, que perfazem Rs. 62:700$000, ao final de 1927, onde rolagens e composições de dívidas são frequentes, por parte dos Intendentes no período, justificadas sempre como "do meu antecessor" (JAGUARI, 1927).

O endividamento também serve de justificativa para o atraso no pagamento dos professores, quando as aulas são subsidiadas pelo município. O repasse do Estado é trimestral, classificado como receita extraordinária. Embora vinculado ao pagamento das aulas rurais não raro, a administração municipal usa os recursos para outras finalidades que não a educação.

O governo do Estado contribui em 1922 com 50$000 e o município com 30$000 para cada uma das oito aulas particulares existentes quando da emancipação. Fora estas, existem quinze aulas particulares que recebem somente o subsídio municipal.

Temos então duas classes de professores em termos de salário. Um grupo recebe 80$000 e, outro, 30$000 para o mesmo tipo de atividade. Contudo, a remuneração é vinculada à aula daquela localidade, e não ao professor que a ministra. O procedimento é análogo ao que o Rio Grande do Sul utiliza ao instituir aulas isoladas. O professor transferido de uma aula de dupla subvenção para outra somente municipal tem seu salário reduzido de 80$000 para 30$000. Ocorre também, da subvenção estadual ser transferida para outra aula, como se verá nos anos seguintes. Assim, o professor da aula cuja subvenção estadual é retirada, terá a remuneração reduzida em 50$000, que passará para a aula que receberá o auxílio.

Ao optar pelo regime de subvenção, ao invés de abrir aulas públicas estaduais, o Rio Grande do Sul traz para si o controle da educação primária e dos seus docentes. Desse modo, pode gerir uma estrutura informal existente, sem ter que desembolsar recursos para a sua instalação, ao tempo em que garante a centralização administrativa e a uniformidade pedagógica. O envolvimento dos municípios é um mecanismo de contenção de despesas. Com isso, ganha tempo para que o

processo de nacionalização do ensino, de modo especial nas regiões coloniais, se desenvolva de forma gradativa e planejada (LUCHESE, 2007, p. 153-5).

As aulas de dupla subvenção estão assim distribuídas nos distritos:

O primeiro distrito possui três aulas com dupla subvenção. Entretanto, há mudança na localização dos professores.

Na Linha 6 São Roque e na Linha 10, permanecem como titulares Pelegrine Fontana e Francisco Tambara, respectivamente.

Já a aula do Marmeleiro, regida por Rosalina Berni até 1921, é declarada vaga em 1922, e a subvenção estadual vai para a aula da Caixa D`Água, passando a ser recebida pelo titular Gildo Giacomelli. Também estão vagas as aulas do 3º distrito, Linha 15, que funcionavam antes em dois turnos e com professores diferentes (Arthur Schwarcz e Virginia Pretto), além da aula do 4º distrito, São Xavier (Francisco L. A. Silva).

No 2º distrito de Nova Esperança, existem três aulas custeadas pelo Estado e pelo Município. Na aula da sede, Nova Esperança, Júlio Fioravante Trois aparece como titular em 1921, e em 1922 é substituído por Antônio Ebani. Na aula do Campestre, a professora em 1921, Almerinda Cotta Reiffer, é substituída, em 1922, por Idalina Santos Silva. Na aula da Linha A, o titular é Antônio A. dos Santos.

O 3º distrito possui duas aulas com dupla subvenção, sendo uma delas na Linha 14, mantido Arthur Schwarcz, e a outra no Marco 60, permanecendo o professor Victor Rossi.

Quanto à instrução pública, funcionam no município quatro aulas estaduais, sendo três na sede e uma no 3º distrito, com o total de 229 alunos de ambos os sexos.

As vinte e três aulas comunitárias dos quatro distritos atendem 718 alunos.

Na sede, existe uma aula particular com 35 alunos. No total são 982 alunos atendidos (JAGUARI, 1922, p. 10).

Durante o ano de 1922, o governo do Estado concede mais uma subvenção estadual. Todavia, o auxílio não é direcionado para uma determinada aula, e no final do ano o Estado quer saber o motivo. O intendente alega que os habitantes apresentam certas exigências quanto às qualidades do professor, alegando que, "sem motivos reais, foi dali retirada uma aula pública estadual" (PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS, 1922, p 33 e 46).

A polêmica se refere à aula do Marmeleiro, onde Rosalina Berni consta como professora de trinta alunos em 1920, e vinte em 1921. A subvenção estadual retirada do Marmeleiro que passa a constar nos relatórios municipais como "vaga". A subvenção é transferida para a aula da Caixa D` água sob a regência de Gildo Giacomelli, com 56 matrículas previstas.

Disso se infere que a realocação do auxílio por parte do município tenha resultado em tensão com a população local. Rosalina Berni só volta a aparecer como professora em 1927, recebendo subvenção municipal, mas na Linha 15, agora no 3º distrito.

Do exame das fontes não é possível afirmar se ela deixa de ser professora do lugar e retorna à condição de professora comunitária. É possível deduzir que a transferência do auxílio tenha sido motivada pelo contido no artigo 5º do decreto estadual nº 1.480, de 27 de maio de 1909, que prevê a retirada da subvenção estadual quando "a frequência descer a menos de vinte e cinco alunos, durante seis meses consecutivos" (RIO GRANDE DO SUL, 1910).

Aqui começa a se aplicar a transferência de subvenção de uma aula para outra. Ela não é inerente ao professor que a ocupa, mas à localidade que o governo quer absorver, estimular ou apoiar.

O governo estadual subsidia, a partir de 1923, nove aulas em Jaguari.

São 712 e 521, os alunos atendidos em 1921 e 1922, respectivamente. As aulas do 3º distrito, Linha 15 (dois turnos) e a aula do 4º distrito, na Picada São Xavier, estão vagas.

O principal motivo para o decréscimo de alunos é o medo provocado pela Revolução de 1923, que afeta a região.

O Intendente Miguel Chimieleski está de licença desde o início do ano, com um breve intervalo, quando reassume, no início de julho de 1923. Depois disso, segue em nova licença por tempo indeterminado.

Seu substituto, o vice Cloraldino Teixeira, organiza sob seu comando um corpo provisório, por deliberação de Borges de Medeiros. O Governo do Estado fornece armamento e munição. A Guarda Municipal, custeada pelo município, é incorporada ao esquadrão, conta também com alguns funcionários da Intendência (JAGUARI, 1923, p. 6-9).

Nesse contexto, as incursões revolucionárias do Vice Intendente em exercício geram vácuo de poder, desvio de função do corpo administrativo municipal e se reflete em desorganização da vida pública local, educação inclusive.

Durante o período da Revolução de 1923, a acefalia municipal e o medo repercutem na educação primária local, onde a presença escolar definha. A frequência das escolas cai, e das vinte e quatro aulas comunitárias (aí incluídas as nove subvencionadas também pelo Estado), onze não estão funcionando.

Cloraldino Teixeira também informa no relatório de prestação de contas que existem muitos compromissos assumidos pelo seu antecessor que se elevam a regular quantia, "não obstante se acharem muitos liquidados" (JAGUARI, 1925, p. 4-5).

No ano de 1925 não há relatório de prestação de contas disponível.

Após três anos como interino, Cloraldino Teixeira transmite o comando da Intendência ao novo titular eleito em novembro de 1925, juntamente com os membros do Conselho Municipal. O vencedor do pleito é o Coronel Sylvio Marchiori, e tem como Vice Intendente Carlos Berger.

No decorrer da década de 1920, é possível perceber as ações consistentes da política brasileira de assimilação de imigrantes, começando pela Reforma Rocha Vaz, através da qual:

a) é criado o Departamento Nacional de Ensino, subordinando-o diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores;
b) é extinto o Conselho Superior do Ensino;
c) é criado o Conselho Nacional do Ensino com a missão de cuidar do ensino público e, com seções de ensino separadas para a educação pública primária, secundária e superior;
d) a União assume a promoção do ensino primário nos Estados e destina recursos do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Obriga-se a pagar diretamente os professores primários de escolas rurais.
e) a contrapartida estadual é fornecer casa, residência para o professor, escola e material escolar e aplicar 10% da receita na educação primária. Fora isso, os Estados se obrigam a não reduzir o número de escolas em funcionamento;
f) a União se reserva o direito de fiscalizar as escolas e a adoção do programa de ensino que o governo federal quer organizar (BRASIL, 1925).

Se no ano de 1922 existiam em Jaguari, vinte e quatro aulas em funcionamento, e em 1925 elas se reduzem a quinze, têm-se um período de

reversão de expectativas na educação primária, cujo fator preponderante é o contexto da Revolução de 1923.

Evasão de alunos é o motivo alegado por Cloraldino Teixeira para restarem ativas somente treze aulas em 1924. A existência de quinze aulas e a respectiva previsão de subvenção na lei de orçamento de 1926 indica a retomada gradativa da instrução primária no município ao término do conflito.

Não encontramos os relatórios de prestação de contas para o ano de 1926, apenas a lei de orçamento. Nela, o detalhamento das despesas permite identificar na rubrica da instrução pública a subvenção prevista para cada uma das quinze aulas comunitárias rurais (JAGUARI, 1926, p. 22).

Com efeito, o relatório de prestação de contas do ano de 1927 informa que o município reativa em 1927 as aulas interrompidas durante a Revolução de 1923.

Agora são vinte e sete aulas municipais em funcionamento, aí incluídas as nove subvencionadas também pelo Estado, com 959 alunos matriculados.

Deduzimos que aqui há um reflexo da Lei Rocha Vaz, de 1925, que revela avanços na absorção do ensino primário pela União, dentro do aspecto normativo. Ou seja, a promoção do ensino primário pela União se dá mediante delegação ao Estado e progressivo regramento. O papel da União é de tutela em relação aos Estados e municípios.

Em 1927, temos a criação de duas aulas rurais situadas, uma no Jaguarisinho, sob a regência do professor Alfredo Ferreira de Assunção, e outra no Chapadão, regida pelo professor José Martini (JAGUARI, 1928. p. 5-7).

Estas são, concretamente, as aulas públicas rurais criadas no âmbito da Lei Rocha Vaz de 1925,[3] para Jaguari, quando é estabelecido o concurso da União na difusão do ensino primário em acordo com os Estados.

Cabe ao governo federal a subvenção direta aos professores, até o limite de 2:400$000 anuais e o governo estadual se compromete a providenciar material escolar, casa para moradia e escola. O subsídio é exclusivo para as áreas rurais.

É obrigatório seguir o programa nacional de ensino e se adequar a uma série de controles. Os professores são nomeados após prestarem exame de suficiência perante comissões examinadoras, organizadas pela Diretoria de Instrução Pública do Estado.

Nos relatórios de prestação de contas de 1927 e 1928, estas aulas constam nos mesmos locais e professores, como subvencionadas pelo município, assim permanecendo no ano seguinte.

Somente em 1929 é que elas passam a compor o quadro das aulas públicas no relatório de prestação de contas do município de Jaguari.

Comparando os dados dos relatórios com os da contabilidade municipal evidencia-se a curta duração dessas duas subvenções federais.

Também é possível constatar o atraso generalizado do pagamento aos professores no período. José Martini e Alfredo Ferreira de Assumpção são aqui trazidos como exemplos:

> a) consta da contabilidade municipal o registro da nomeação de Alfredo Assumpção em fevereiro de 1927, com salário de 100$000, até o 1º de fevereiro de 1928, quando a subvenção é suspensa. O valor do auxilio mensal municipal é de 30$000, o estadual de 50$000, e o subsídio da lei Rocha Vaz é de até 200$000.

[3] Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2016.782-A-1925. Acesso em 03 jul. 2016.

Pode-se inferir que este salário diferenciado de todos os demais professores municipais é um subsídio especial. Porém, o professor Assumpção recebe seus salários somente em 1930-1 (LIVRO CAIXA. 1925-33, p. 50).

> b) o professor José Martini recebe subvenção municipal de 30$000 para reger a aula do Chapadão, entre 1921 e 1923, quando a aula é declarada vaga, retornando em 1924. Não há informações entre 1925 e 1926. Porém, no relatório de prestação de contas de 1927 consta que Martini responde pela aula do Chapadão, com 39 alunos, dupla subvenção, e a da Linha 3, com 28 alunos e subvenção municipal. O salário é de 80$000 para lecionar nas duas aulas de janeiro de 1927 a janeiro de 1928, e uma delas tem a subvenção suspensa em 1º de fevereiro de 1928.

Os salários de José Martini estão atrasados. Em março de 1928, recebe os pagamentos relativos ao período de julho e setembro de 1927. De dezembro de 1928 até março de 1930, os pagamentos são recebidos com atraso. José Martini pede demissão em março de 1930 (LIVRO CAIXA.1925-33, p. 50).

Embora os indícios, as fontes não nos permitem convicção plena se as duas subvenções antes referidas são extintas pelo governo federal, ou se, por iniciativa municipal, os seus valores são incorporados ao montante das receitas municipais.

Em 1927 se encerra o ciclo Borges de Medeiros. A eleição de novembro do mesmo ano consagra Getúlio Vargas como Presidente do Estado.

Da relação de dívidas que Sylvio Marchiori junta à prestação de contas dos anos de 1927 e 1928, extraímos os valores devidos aos professores (Tabela 4).

Tabela 4
Dívidas com professores em 30 de outubro de 1927 e 30 de outubro de 1928

Professores	Distrito	Localização	1927	1928	E/M (1)
Alcides A Sobrinho..	3º	Segredo	250$000	720$000	M
Antônio Ebani.....	2º	Nova Esper.	320$000	320$000	E
Antônio M. Carvalho..	2º	Linha 3	560$000	140$000	M
Arthur L. Schwarcz (2)	3º	Linha 14	670$000	240$000	E
Attiliano Soares Leal	1º	Div S. Vicente	160$000		M
Belarmino F. Cotta	1º	Linha 10	290$000	80$000	M
Cristina G. Menezes	4º	Boca da Serra	320$000	80$000	M
Domingos M. Santos	3º	Linha 21	350$000	150$000	M
Francisco Tambara	1º	Linha 10	780$000	1:200$000	E/M
Gabriel Maino		Sem dados	320$000	80$000	C
Gildo Giacomelli	4º	Caixa Dágua	80$000	80$000	E/M
Hermínia Cariolli	3º	Bom Respiro	400$000	960$000	E/M
Idalina Alves Santos	2º	Campestre	560$000	320$000	M
João B Ferrari Sobrinho	2º	Linha 1	146$700	1:040$000	M
José Martini	1º	Chapadão L 3	880$000	200$000	E/M
José Schiavo	3º	Linha 11 M 60	280$000	620$000	M
Maria Marengo	1º	Ponte Verde	400$000	320$000	M
Mariana Callegaro Borsa..	3º	Linha 14	800$000	800$000	E
Pedro Ferrrari Sobrinh (3)	1º	Sanga Areia	25$000		E
Pedro Ferrari Sobrinho	1º	Sanga Areia	80$000	80$000	E/M
Pelegrine Fontana	1º	Linha 6	673$600	560$000	E/M
Pompeu Righi	1º	Passo Barroso	120$000	120$000	M
Rodolpho Andreas (4)	4º	Linha 7	200$000	500$000	M
Rosalina Berni	3º	Linha 15	195$000	240$000	M
Sérgio Andrada	4º	Fachinal	250$000		M
Jovita Barcelos	3º	Linha 14		40$000	E/M
Angelo Frederizzi	3º	Linha 20		200$000	M
Georgina dos Santos	4º	Taquarichim		40$000	M
Total			9:110$300 (5)	9:050$000 (6)	

Notas:
1) E=Escolas com dupla subvenção (Estadual-E; Municipal-M); C=Escola Comunitárias.
2), 3) e 4): Professores que também exercem o cargo de Inspetor Escolar.
5) 9:110$300 de uma dívida de 23:008$000= 39,60% dos salários em atraso no município em 1927.
6) 9:050$000 de uma dívida de 18:077$000=50,06% dos salários em atraso no município em 1928.
Fonte: Compilado pela autora a partir dos Relatórios de Prestação de Contas do Intendente ao Conselho Municipal. Anos: 1927 e 1928.

Na prestação de contas de 1927, o Intendente alerta para a situação crítica das finanças públicas. Não obstante o atraso no pagamento dos

professores, o ufanismo de Marchiori se faz presente: "a fim de estimular o ensino cívico, determinei a realização de festas escolares nas datas comemorativas da Independência Nacional e Proclamação da República, realizadas com extraordinário brilhantismo (JAGUARI, 1927, p. 5).

Estes rituais presentes nas comemorações e festas cívicas são instrumentos usados pelo Estado na construção do imaginário republicano. Eles funcionam como propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana (CORSETTI, 2008, p. 65).

Em 1928, é realizado um empréstimo de Rs. 300:000$000 para consolidar a dívida do município, em torno de Rs.270:000$000. O valor excedente é para ser aplicado na melhoria das estradas. A operação é contratada com o Banco do Rio Grande do Sul (BERGS), criado em 1928, na gestão de Getúlio Vargas, no governo estadual. De acordo com Gunter Axt (2011, p. 394-5), a instituição é sinônimo de novidade financeira, por ampliar a disponibilidade de créditos e flexibilizar critérios de concessão. Embora o grosso dos recursos do BERGS seja destinado a sanear o setor pecuarista, a consolidação da dívida de Jaguari pode, talvez, ser fruto da política expansionista do Banco para o interior.

Seguem funcionando, em 1928, dezenove aulas públicas municipais com uma matrícula global de 856 alunos de ambos os sexos. Está prevista a instalação de um Grupo Escolar na sede. Não há informações sobre o ensino público primário estadual no município (JAGUARI, 1929 p. 5).

Em setembro de 1929, realiza-se em Jaguari eleição para os cargos de Intendente, Vice Intendente, Conselheiros Municipais para o quatriênio 1929-33, sendo eleitos José Benincá e Roberto Carlos Nietschke, como Intendente e Vice, respectivamente.

Das informações sobre a educação no ano de 1929, consta a existência de sete aulas estaduais, que atendem 419 alunos. Destas, permanecem na sede, duas aulas e as demais aulas estaduais estão agora localizadas no meio rural. Há detalhamento dos professores subvencionados pelo Estado e pelo Município. São apresentadas separadamente as nove aulas que recebem subsídio do Estado e do Município, e atendem 358 alunos. Aqui se configura a absorção pelo poder público do custeio das aulas comunitárias, agora denominadas aulas públicas municipais subvencionadas pelo Estado. As aulas com subsídio municipal passam a aulas públicas municipais, com 569 alunos atendidos. Ao todo, são 927 alunos atendidos pelo mecanismo de subvenção; 419 alunos frequentam aulas públicas estaduais, rurais e urbanas. Integra também o ensino em Jaguari o Colégio São José, instituto de ensino dirigido pelas irmãs do Sagrado Coração de Jesus, com 300 alunas matriculadas.[4]

No balanço da gestão de Sylvio Marchiori, constam os atos publicados de 1º de novembro de 1928 a 31 de outubro de 1929. Dos trinta e um atos do Intendente no período, dezessete se referem à educação**.** São transferências de professores, demissões, admissões, remanejamento de aulas (JAGUARI, 1930, p. 11).

Na eleição presidencial de março de 1930, comparecem às urnas em Jaguari, 2.070 eleitores aptos para escolher o Presidente e o Vice-Presidente da República, um senador e deputados federais (JAGUARI, 1930, p. 23). A Revolução de 1930 leva Getúlio Vargas ao poder. A coalização de forças que se forma acentua a inclinação centralizadora do Estado.

É somente nos anos 1930, com as reformas educacionais, que a educação primária é objeto da ação sistemática do Estado (CURY, 1996). A

[4] Funciona na sede do município desde o ano de 1925 (BRANDÃO, [1940]).

reforma Francisco Campos, de 1931, reestrutura a educação, cria o Ministério da Educação e Saúde, e instala o Conselho Nacional de Educação. O conjunto de medidas direcionadas a educação primária nos anos 1930, torna visível o processo de nacionalização do ensino em andamento.[5]

Em 1930, as contas são examinadas por uma comissão municipal, que dá o seu parecer e submete para a aprovação da Secretaria Estadual da Fazenda. O Conselho Consultivo Municipal assume a tarefa de 1931 em diante. Existem no município vinte e seis aulas, em 1930, sendo dezessete municipais e nove subvencionadas pelo Estado, com 874 alunos matriculados. Funciona na sede o Colégio São José, com 200 alunos, e o Grupo Escolar, com 275 alunos matriculados. Na área rural, funcionam duas aulas públicas estaduais com 85 alunos. O atendimento total e de 1.434 alunos (JAGUARI, 1932, p. 5).

A Educação primária em Jaguari, em 1931, atende 1.476 alunos. O Colégio São José, na sede, tem 201 alunos, o Grupo Escolar com 288 alunos, duas aulas estaduais, com 85 matrículas, nove aulas subvencionadas pelo Estado e/ou município, com 315 alunos. As antigas aulas comunitárias rurais são responsáveis por 587 alunos, distribuídos por dezessete aulas no interior do município.

O relatório conjunto dos anos de 1932 e 1933 detalha aulas estaduais e municipais. São atendidos no município 1.691 alunos. Na sede, o Colégio São José, três grupos escolares estaduais, sendo um na Vila, um no Marmeleiro e 1 em Nova Esperança. Além destes, vinte e seis aulas nos diversos distritos, atendem 926 alunos. Destas últimas, nove são

[5] Reforma Francisco Campos: Reestrutura o ensino superior com a elaboração do Estatuto das Universidades. Decretos n.19.890, 19.851 e 19.852, de 18 de abril de 1931: Decreto n.º 21.241, de 4 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências, BRASIL (2016).

mantidas pelo Estado e pelo Município, num total de 303 alunos. Outras dezenove existem, sendo que uma está vaga. São mantidas pelo município e atendem 542 alunos (JAGUARI, 1934, p. 4).

Os exercícios de 1934 e 1935 têm relatório conjunto. São atendidos em 1934 pelo município, 1.850 alunos. Na sede, o Colégio São José e seis grupos escolares estaduais, com 992 alunos. Permanecem vinte e quatro aulas municipais rurais, com 858 alunos, nove delas com subvenção estadual (JAGUARI, 1936, p. 31-2). Em 1935, são 1.809 alunos, sendo 817 das aulas municipais. Nesses dois anos, aposentam-se ou são demitidos os últimos professores de aulas comunitárias subsidiados pelo Estado e/ou Município. O atraso salarial que permeia a educação desde o início não termina com a aposentadoria (Figura 9).

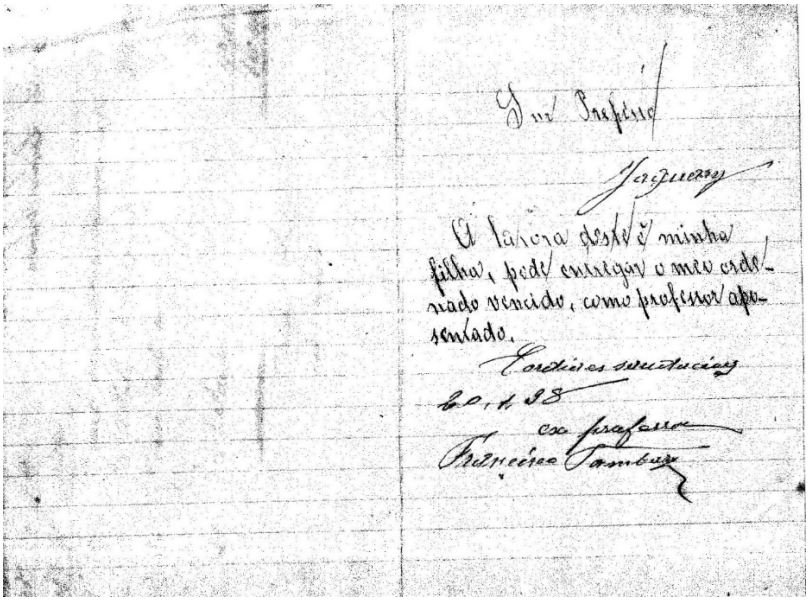

Ilmo Prefeito
Jaguary
Ci [illegible] desta é minha filha, pede entregar o meo ordenado vencido, como professor aposentado.
Cordiaes saudações
20.1.38
ex professor
Francisco Tambara

Figura 9: Cópia de bilhete do professor Francisco Tambara ao Prefeito Municipal, solicitando o pagamento de ordenado vencido, localizado no interior de um dos livros contábeis da Prefeitura,1938.
Fonte: Arquivo Municipal de Jaguari.

Os professores comunitários passam a ser funcionários municipais. Isso não significa que tais aulas não existam mais. A persistência das aulas comunitárias rurais, com a denominação *pequenas escolas fixas*, consta das leis orçamentárias municipais na década seguinte (JAGUARI, 1944, p. 34 e 1945, p. 35).

As aulas de dois desses professores, Francisco Tambara e Pelegrine Fontana (Figura 10), os mais antigos do grupo, são extintas em 1935. A aula da Linha 10, ocupada por Francisco Tambara, é reativada em 1936, e nomeado Luiz Scolari como seu professor.

Figura 10: Fotografia da década de 1930. Na parte inferior, sentado, de barba, com guarda-chuva, está o professor Pelegrine Fontana.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaguari.

Em todo o município, existem 1.895 alunos matriculados, no ano de 1936, sendo 910 homens e 985 mulheres, assim dispostos:

a) Colégio São José, Sede;

b) Grupo Escolar Estadual, da Sede;

c) Grupo Escolar Estadual do Marmeleiro;

d) Grupo Escolar Estadual de Nova Esperança;

e) Grupo Escolar Estadual do Bom Respiro;

f) Grupo Escolar Estadual da Linha 14;

g) Grupo Escolar Estadual do Taquarichim, e,

h) Vinte e seis aulas municipais, com 945 alunos, sendo 448 homens e 498 mulheres.

A partir do 3º trimestre de 1935, a subvenção estadual a nove aulas no município de Jaguari é suspensa (LIVRO CAIXA.1937, p. 75).

No orçamento para 1936 consta que a prática da subvenção das aulas rurais continua, como maneira de absorver escolas comunitárias até que se crie escolas municipais.

A vivência escolar que se desenvolve nessa nova estrutura é percebida na entrevista com o senhor João Damásio Catelan. Ao longo do depoimento, o entrevistado fala da sua experiência escolar, da família, especialmente do irmão mais velho, Hermes Catelan, professor comunitário e municipal. Aborda a preocupação da comunidade com a instrução dos filhos, a estrutura das comunidades e a subvenção dos professores com vistas a suprir a ausência de escolas públicas no meio rural. Aborda o dia a dia nos grupos escolares, os currículos, os professores, os exames finais escolares a cargo dos subintendentes. A questão da proibição pelo Estado do uso da língua materna e a exigência do português nas Escolas é destacada. Relembra as consequências da nacionalização do ensino, como são vistos aqueles que mantém o apego à língua de origem. Detalha a estrutura escolar no interior e o controle do poder municipal sobre as escolas rurais. Nesse sentido, discorre sobre a remuneração e o remanejamento dos professores da condição informal. O município ora subsidia as escolas, ora retira o pagamento (CATELAN, 2015).

Os relatórios de prestação de contas do Intendente/Prefeito municipal, por nós examinados até aqui, informam que em 1927, 1928, 1929,

1930, 1931, 1932, 1933, 1934 e 1935, todas as aulas comunitárias recebem subvenção municipal. Também recebem subvenção estadual nove aulas. Em 1936, processo de municipalização tutelada das escolas comunitárias rurais de Jaguari se conclui. A despesa de instrução pública do município, em 1936, com subvenção a aulas é de 20:000$000. Outros 2:700$000 são destinados ao pagamento de inspetores escolares e 1:500$000, para material didático (JAGUARI, 1936, p. 61-4).

Por fim, analisamos aqui o conjunto das movimentações na rede de ensino ocorridas durante quinze anos, com base nas informações apuradas ao longo deste trabalho, dispostas abaixo (Tabela 5), que intitulamos como "estimativa". Isto se dá em razão de que, na compilação das fontes disponíveis, cada relatório acrescenta ou omite algum dado. Exceto as aulas subvencionadas e respectivos professores, para as demais não obtivemos alguns dados. Os alunos do Colégio São José só são informados a partir de 1930, mas as fontes indicam que o início do seu funcionamento se dá em 1926. Não é possível quantificar os professores públicos, visto que as fontes não os detalham em alguns anos. Igualmente não são informados quantos professores compõem o Colégio S. José, nem quantos fazem parte dos grupos escolares criados entre 1932 e 1936. Os dados dos alunos se referem ao número de matrículas.

Tabela 5
Estimativa de professores e alunos matriculados nos diversos estabelecimentos de ensino de Jaguari, de 1920 a 1936 (Exceto 1925 e 1926)

Anos	População Escolar	Alunos atendidos			Professores Subvencionados	Professores Públicos (Estimativa)
		Escolas Públicas	Aulas subvencionadas	Colégio S. José		
1920	677	292	385		11	5
1921	939	292	647		20	5
1922	1010	292	718		20	5
1923	980	292	688		20	5

1924	1061	292	769		20	5
1927	1251	292	959		18	5
1928	1148	292	856		19	5
1929	1158	373	785		20	7
1930	1448	373	874	201	23	7
1931	1391	288	902	201	28	5
1932	1610	485	845	280	28	
1933	1613	485	848	280	26	
1934	1891	753	858	280	24	
1935	1850	753	817	280	24	
1936	1895	670	945	280	23	

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir do conjunto de Relatórios de Prestação de Contas do Executivo ao Conselho Municipal entre 1920 e 1936, referenciado ao final deste trabalho, exceto os anos de 1925 e 1926, quando não há relatórios disponíveis.

O incremento em 68% no ano de 1921 se deve à absorção, via subsídio municipal, de doze aulas comunitárias rurais, e, em 1922, o município subsidia mais uma aula. O número de matriculados diminui em 1923, com a eclosão do movimento revolucionário no Estado. Em 1924, mesmo com o aumento de alunos matriculados nas aulas subvencionadas, a frequência cai, e onze aulas não estão funcionando. Nestes dois anos, o município está acéfalo, com o Intendente Miguel Chimieleski ausente, desde o início de 1923, por motivo de licença, e o Vice, Cloraldino Teixeira, também se afasta por diversas vezes, para atuar no movimento revolucionários chefiando um dos chamados "corpos provisórios". O fato de não estarem disponíveis os relatórios de 1925 e 1926 pode denotar, neste contexto, que talvez, não tenha sido sequer emitido qualquer tipo de prestação de contas no período.

Quando Silvio Marchiori assume, em 1926, tampouco há relatórios de prestação de contas, o que também pode significar que não tenham sido emitidos.

No exame da Lei de Orçamento de Jaguari para ao ano de 1926, o dispêndio com a educação corresponde a 10,13% das receitas totais do

município. Nota-se que o percentual é constituído do valor aportado pelo município, acrescido do dispêndio estadual.

No âmbito nacional a gratuidade não é atingida. No caso de Jaguari, existe apenas uma escola pública rural. Porém, via mecanismo de subvenção escolar, o poder público apoia parte da instrução primária rural (JAGUARI, 1926, p.21-2).

Em 1927, têm-se um incremento em torno de 25% nas matriculas das aulas subvencionadas, que são atribuídas à reativação das aulas suspensas durante o período revolucionários. Os alunos matriculados diminuem no ano de 1928, auge da crise financeira do município, em função de dívida passiva que perdura desde a emancipação. Os salários dos professores estão atrasados, e Sylvio Marchiori publica uma relação de débitos em aberto da Intendência, nos anos de 1927 e 1928, boa parte deles, com professores subvencionados. A criação de duas aulas estaduais rurais em 1928 e 1929 já foi por nós analisada anteriormente, neste trabalho, e reflete o deslocamento de alunos para a esfera pública.

A prestação de contas dos anos de 1930 e 1931, pelo Prefeito José Benincá é apresentada em um único relatório. Na parte relativa ao ano de 1930, são informados, além dos dados usuais, detalhando gênero, alunos reprovados, relação de analfabetos e alfabetizados durante o ano. Fora isso, também são registradas a cor da pele, se os pais são brasileiros ou estrangeiros, a idade e a distribuição dos alunos por faixa etária. São informações no contexto da Revolução de 1930, dirigidas ao Interventor Federal no Estado, Flores da Cunha.

Em 1930, é aprovado o Regulamento da Instrução Pública de Jaguari, pelo decreto nº 1, de 24 de julho de 1930 (JAGUARI, 1932).

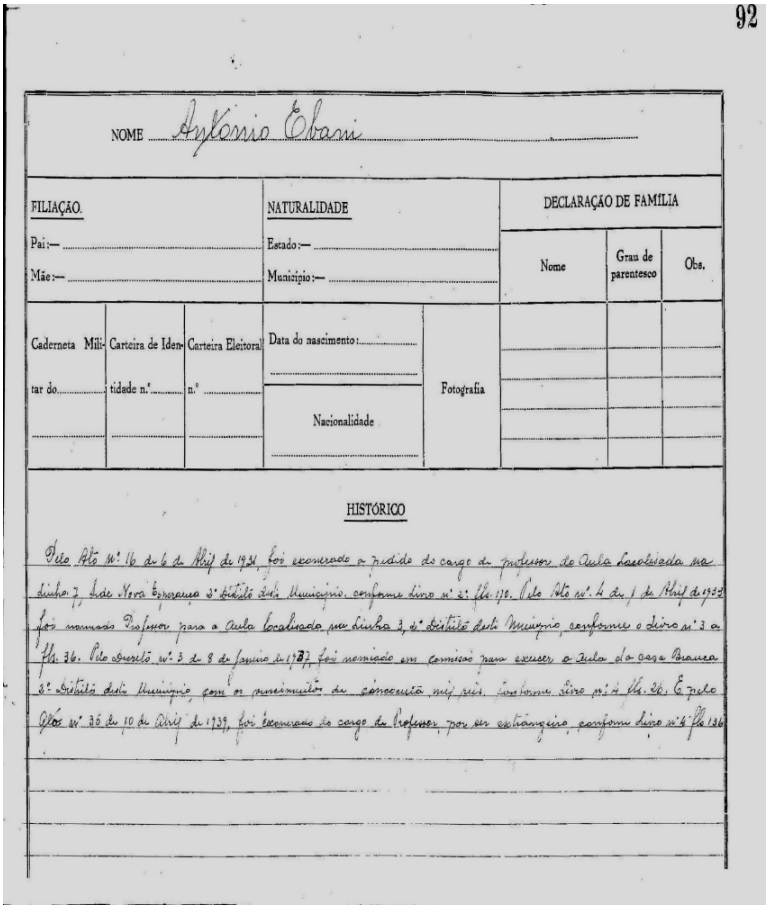
Em 1931 e 1932, aumenta o número de aulas subvencionadas, o que não resulta em acréscimo na quantidade de alunos. As alterações de

matrículas se devem ao cômputo, nos relatórios, dos alunos atendidos pelo Colégio São José. Daí se infere que as escolas criadas visam a dispersar o atendimento em mais pontos do território, configurando-se como um facilitador do acesso ao ensino. Fora isso, em 1932, acontece a estadualização de duas aulas subvencionadas, que passam a constituir o Grupo Escolar Estadual do Marmeleiro, no 1º distrito, e Grupo Escolar Estadual de Nova Esperança, no 2º distrito. Em 1933, as matrículas têm pouca alteração. Em 1934, mais duas aulas subvencionadas são estadualizadas, e ocorre a criação de mais três grupos escolares, nas localidades de Linha 14, no 3º distrito, Bom Respiro, idem, e Taquarichim, no 4º distrito, respectivamente.

Assim, verifica-se uma aceleração da política de nacionalização do ensino, em andamento desde o início da década de 1920. Em 1935, as matrículas pouco mudam.

A política de nacionalização da década de 1930 é severa, estabelece multas aos estabelecimentos que a descumpram. Alguns professores se aposentam, outros se naturalizam, e há demissão de professores estrangeiros (RENK, 2008).

Em Jaguari, Antônio Ebani, professor por décadas no 2º distrito de Nova Esperança, é demitido do cargo por ser estrangeiro (Figura 8).



92

NOME Antonio Ebani

FILIAÇÃO.	NATURALIDADE	DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA		
Pai:—	Estado:—	Nome	Grau de parentesco	Obs.
Mãe:—	Município:—			

Caderneta Militar do	Carteira de Identidade n.º	Carteira Eleitoral n.º	Data do nascimento:	Fotografia
			Nacionalidade	

HISTÓRICO

Pelo Ato N.º 16 de 6 de Abril de 1934, foi exonerado a pedido do cargo de professor de Aula localizada na linha 7 Sde Nova Esperança 3.º Distrito deste Município, conforme livro n.º 2 fls 170. Pelo Ato n.º 4 de 1 de Abril de 1935 foi nomeado Professor para a Aula localizada na linha 3, 2.º Distrito deste Município, conforme o livro n.º 3 a fls 36. Pelo decreto n.º 3 de 8 de Janeiro de 1938 foi nomeado em comissão para exercer a Aula da casa Branca 3.º Distrito deste Município com os vencimentos de cinquenta mil reis. Conforme livro nº 4 fls. 26. E pelo Ato n.º 36 de 10 de Abril de 1939, foi exonerado do cargo de Professor, por ser estrangeiro, conforme livro nº 4 fls 136

Figura 8: Cópia da p. 92 do Livro de Assentamentos de Funcionários da Prefeitura de Jaguari. 95 p.
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaguari.

A rede de escolas rurais mantidas pelos pais e a comunidade é paulatinamente absorvida, sob a tutela do Estado. Sua conclusão se dará nos anos de 1938 e 1939, quando acontece a nacionalização compulsória do ensino, e "estas escolas são fechadas ou transformadas em escolas públicas por meio de uma série de decretos de nacionalização" (KREUTZ, 2000, p. 161).

Em 1936, a rede de ensino primária de Jaguari termina sua readequação. Da população escolar estimada em 1.895 alunos, 670 (35%) são atendidos por grupos escolares estaduais; 280 (14,8%) pelo Colégio São José, vinculado à igreja católica, e 945 (49,8%) mediante auxílio municipal, extinguindo-se a subvenção estadual.

CONCLUSÃO

Acompanhamos, no primeiro capítulo que a chegada de novos contingentes migratórios ao Estado, a partir de 1870, gera um fluxo populacional que se reflete na organização administrativa do Estado e dá origem a novos municípios. Na virada do século, o Estado ultrapassa a casa de um milhão de habitantes, cerca de duas vezes e meia a população registrada no censo de 1872. Os italianos são o principal contingente dessa expansão populacional do fim do Império, e fundam vasta região colonial, a exemplo dos alemães em 1824. A indústria colonial iniciada nesses minifúndios tem papel de destaque na ampliação do incipiente parque industrial do Estado. Desse modo, as áreas coloniais geram mais impostos em menor área do que a dos seus vizinhos latifundiários estancieiros.

A imigração é importante para o Estado. Sua população escolar está em crescimento, concentrada espacialmente, gera demanda por educação. O governo assume a responsabilidade pelo provimento de escolas nos núcleos coloniais, mas da intenção à prática há um longo caminho a ser percorrido. Compõe também o primeiro capítulo um resumo com o panorama dos números do professorado primário público entre 1896 e 1919, que compilamos mediante pesquisa na legislação estadual. Ao final desse período, o Estado tem 1.323 professores primários, e a partir de 1914, começa a computar como públicos. Além deles, cerca de uma centena de professores comunitários, assistidos com subvenção estadual.

No segundo capítulo, analisamos a relação que se estabelece entre a imigração e a educação na Primeira República, e os fenômenos que se desenvolvem no interior das colônias de imigrantes. Assim, o coronelismo, a cultura escolar e a nacionalização do ensino são conceitos abordados com o intuito de compreender os mecanismos que envolvem a educação no Estado do Rio Grande do Sul.

Após a caracterização do ambiente, da sua população, bem como a vida em sociedade, têm-se uma visão do caráter multiétnico da Colônia Jaguari. Em seguida, comparamos a distribuição das aulas públicas na Colônia Jaguari, constante da legislação estadual referida ao longo deste trabalho, é comparada com a documentação oficial do município que atesta a existência das aulas comunitárias rurais.

Esse é o contexto da primeira década do século XX, cujo parâmetro legal para a educação no período é o Código Epitácio Pessoa. Aprovado para regular a educação secundária e superior, o Código também contempla o ensino primário, e é com base nele que o Rio Grande do Sul promove a reorganização do ensino em 1906. O Estado prevê o ensino primário livre, leigo e gratuito, dividido em dois cursos, primário e complementar, além de montar a estrutura do ensino distribuída pelo território. É quase no fim da década que a resposta do Rio Grande do Sul à demanda pela educação nas colônias de imigrantes se converte em política educacional. No governo de Carlos Barbosa, é regulamentado o subsídio às escolas particulares disseminadas pelo Estado, núcleos de imigração, inclusive.

Em resposta à insuficiência de escolas primárias públicas nos núcleos coloniais, os imigrantes desenvolvem alternativas de escolarização. Trazemos para este trabalho a discussão acerca das aulas comunitárias rurais da Colônia Jaguari. Trata-se de uma forma singular

de ensino, moldada por iniciativas coloniais, cujos reflexos se estendem até a década de 1930, e que a historiografia denomina aulas comunitárias, particulares ou étnicas.

Com o tempo, o governo estadual percebe que as subvenções são um instrumento eficaz no impulso ao ensino nas áreas rurais, onde cresce a população infantil. Essa experiência promissora perpassa as reformas Rivadávia, de 1911 a 1915, e a Reforma Carlos Maximiliano, já detalhadas anteriormente, com o Rio Grande do Sul se adequando às normas federais e ao mesmo tempo se valendo dos recursos que o governo federal direciona para a educação no Estado.

Quando, após a primeira guerra mundial, o governo federal resolve se utilizar do mecanismo de subvenção às escolas para acelerar o processo de nacionalização das escolas étnicas, o recurso não pode ser mais oportuno. É que a alternativa encontrada por Borges de Medeiros aproveita um mecanismo que o Estado já utiliza em larga escala desde 1909, sem fazer distinção entre regiões colonizadas por imigrantes e demais municípios. O governo federal quer rapidez na criação de aulas na "região imigrantista" [1] e, Borges de Medeiros nada mais faz do que absorver as escolas comunitárias rurais existentes. É a maneira encontrada para que o processo de nacionalização em massa do ensino siga seu curso.

De uma nacionalização preventiva inicial, chega-se a um avanço da propensão nacionalista ao final da década de 1920, quando a restrição às iniciativas de escolarização, criadas por imigrantes são aprofundadas. A tutela do Estado se faz presente nessa municipalização, que irá redundar na nacionalização compulsória do ensino nos anos de 1938 e 1939.

[1] Expressão utilizada pela legislação da época.

A municipalização da escola comunitária rural está relacionada a esse processo de reoficialização do ensino deflagrado após a primeira guerra mundial e que se estende por toda a década de 1930. Nessa transição, ocorre a emergência do coronelismo, fenômeno existente desde o Império, e que no Rio Grande do Sul, assume os contornos de um coronel de gabinete ou burocrata. Em Jaguari, este fenômeno se inicia com a nomeação do Intendente provisório, quando da emancipação, em 1920.

A concentração populacional gera demanda por educação nas regiões coloniais, mas também pode ser vista dentro do ponto de vista político: é um reduto eleitoral crescente, onde o partido Republicano Rio-Grandense (PRR), entende que o controle político também é necessário. A época em que Jaguari se emancipa é de crise político-econômica, que irá desembocar na Revolução de 1923. É o período em que a continuidade administrativa, argumento de Borges de Medeiros e do PRR é questionada pela oposição, cujo movimento se constitui em 1924 na "Aliança Libertadora", e em 1928, forma o Partido Libertador. Entendemos que a história da educação primária em Jaguari perpassa a história política do Estado, que, por sua vez, está ligada à história econômica dessa população, à sua sobrevivência.

Também utilizamos, no objeto sob estudo, o conceito de cultura escolar, buscando entender de que maneira essa ex-colônia multiétnica, que se aglomera em sociedades, resolve questões de interesse de seus integrantes, como a educação primária, cria regras de equilíbrio de poder entre as etnias na direção de suas agremiações. Quando da emancipação, esses imigrantes e seus descendentes se amoldam a uma estrutura administrativa hierarquizada com núcleos de poder em cada distrito sob comando municipal do Intendente. A acomodação a essa estrutura de poder pode estar relacionada aos primórdios de uma

sociedade condensada espacialmente de forma incomum para a região, daí a se fixar e permanecer ao longo da história de Jaguari. As fontes evidenciam, corroboram e justificam práticas de organização social enraizadas, cuja origem remonta aos primórdios da imigração.

Nesse sentido, as normas emanadas do Estado, e que regem a absorção das aulas comunitárias rurais, definem os conhecimentos que devem ser transmitidos aos alunos. Além disso, determinam as condutas a inculcar, bem como métodos que devem ser usados na transmissão dos ensinamentos, que permitam a incorporação dos comportamentos exigidos pelo Estado. O Intendente municipal é também um dos agentes desse processo educacional, personificando o Estado. Se os imigrantes postulam desde o tempo da colônia a instrução pública, o processo formal de escolarização não deixa de ser uma maneira que aquela sociedade entende como adequada à aquisição do conhecimento. Isso não impede que haja alguma espécie de apropriação no interior da escola, que se valha de valores, símbolos, rotinas que ela produz e conserva. A escola está inserida num determinado grupo social que possui um passado comum. É natural que se apoie neste passado quando quer resistir a mudanças, e, por isso, se insurja contra o poder político nas questões do ensino. Um exemplo disso é a polêmica em torno da retirada da dupla subvenção da aula do Marmeleiro, que tem Rosalina Berni como professora, até o ano de 1921, que trazemos no decorrer do terceiro capítulo. Continuidades e permanências que podem, inclusive, obstruir ações do poder político, em algumas circunstâncias. Há uma cultura escolar sendo formada, que se apoia na comunidade como fator de sobrevivência, e a forma como a sociedade se constrói depende de como se equilibram as forças nesse microcosmo.

No terceiro capítulo, este trabalho se dedica ao exame da municipalização tutelada das aulas comunitárias rurais, no recorte dos primeiros quinze anos da ex-colônia Jaguari como município. Estudamos aqui a esfera local, o caso de Jaguari como núcleo de imigrantes que faz parte do processo de nacionalização do ensino. Aqui detalhamos e extraímos do corpo documental básico – os relatórios de prestação de contas do executivo municipal ao Conselho Municipal – os indicadores e as circunstâncias que conformaram a educação local. Uma das interpretações plausíveis é a perda de centralidade do papel dos professores nesta reoficialização do ensino. A imbricação do poder político e econômico faz desses atores peças no equilíbrio de poder contra as quais se insurgem ou aderem. São agentes que em algum momento dão conta de uma educação definida de forma comunitária e que estão numa espécie de vazio legal. Não são exatamente professores públicos. Apenas recebem auxílio do poder público estadual ou municipal. Sequer constam da história da educação do município, pois os seus nomes não são conhecidos. Somente os professores públicos são reconhecidos como tais. Apuramos cerca de quase uma centena de professores ausentes até então na historiografia, que este trabalho pretende trazer à luz. Durante quinze anos, essas pessoas enfrentam as vicissitudes econômicas e políticas, mais por devoção que por remuneração. Estando o controle da educação primária nas mãos do Estado, são trabalhadores que aceitam as condições que lhe são impostas, trabalham por salários ínfimos, que, via de regra, recebem atrasado, conforme demonstrado no decorrer deste trabalho. Conflitos regionais, falta de condições de trabalho, substituições, demissões, transferência, redução de salários, permeiam a vida destes professores, cujos interesses são deixados em segundo plano. Mas as escolas florescem, realizam ritos de amor à nacionalidade,

festejos. Nada do que parece aos nossos olhos atuais como opressão, está retratado como tal nas fontes oficiais consultadas.

De um processo particular, advindo da necessidade dos imigrantes de manter seus filhos na escola, passa-se a uma esfera pública, onde o controle do corpo docente também é objeto de absorção e de obediência. As transferências, nomeações, os remanejamentos entre as escolas, sejam as não subvencionadas – que permanecem comunitárias –, sejam as que o Poder Executivo arca com os custos do professor, dependem de alianças e ajustamentos com a política de governo para a educação.

O governo de Jaguari é aliado do governo estadual, mesmo antes da sua criação. O poder público local, pela adesão, condicionamento político ou por crença, em alguma medida, iguala em importância a educação primária com os demais ramos de atividade do município. Isto permite que quase 2.000 crianças estejam na escola no ano de 1936, final do período pesquisado nas fontes municipais.

Em 1936, há em Jaguari 1.895 alunos matriculados na rede de ensino primária. Neste universo estão incluídas as 26 aulas municipalizadas da área rural, com 945 alunos matriculados, sendo 448 homens e 497 mulheres. 47% educação primária é atendida por escolas agora municipais, prestes a serem adequadas à nacionalização do ensino, que se desencadeia a partir de 1937.

Dentro do recorte temporal deste trabalho, a combinação dos diversos tipos de fontes permite trazer à luz dados pouco conhecidos acerca da educação no município. Emerge dali um grupamento de pessoas e escolas, gradativamente absorvidas pela instrução pública oficial, mediante subsídios governamentais no pagamento dos professores até a nacionalização compulsória do ensino.

Contudo, o conhecimento disponível à população de Jaguari e municípios vizinhos sobre o início da instrução primária se refere apenas aos professores públicos. A prolixidade dos relatórios mostra a combinação de controle versus publicidade ideológica. Trata-se de uma geografia humana escondida em meio à avalanche da informação oficial. Das figuras hoje referidas como pioneiras na educação, reduzidas a poucas pessoas, pode-se agregar um universo maior, de dezenas de pessoas, que ao longo de décadas sustentaram e contribuíram para que a escolarização fosse garantida à população rural.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923***.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, GUNTER. Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul: 1889-1929. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BARROSO, João. *Cultura, cultura escolar, cultura de escola***.** São Paulo: UNESP. Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf/. Acesso em: 18 nov. 2015

BOLETIM MENSAL DE CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 31 de dezembro de 1923 a 31 de julho de 1928. 60 p.

BRANDÃO, Cincinnato. *Jaguari*. [S.ed]: Jaguari, 1940.

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532540&seqTexto=14770&PalavrasDestaque. Acesso em: 26 ago.2015.

BRASIL. Constituição de 1891. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html/ Acesso em: 6 jun. 2013.

BRASIL. Constituição de 1934. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=365196&seqTexto=1&PalavrasDestaque/ Acesso em: 6 jun. 2013

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**.** Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532849&seqTexto=15246&PalavrasDestaque/ Acesso em 13 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Aprova o regulamento para as colônias do Estado. Brasília. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacao original-72121-pe.html. Acesso em: 3 jul. 2016

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901. Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-norma-pe.html. Acesso em: 3 jul. 2016

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-norma-pe.html. Acesso em: 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html. Acesso em 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto nº 13.014, de 4 de maio de 1918. Dispõe sobre o auxílio concedido pelo Governo Federal para manutenção de escolas nos Estados e dá outras providencias. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13014-4-maio-1918-526952-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2016.782-A-1925. Acesso em 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-norma-pe.html. Acesso em 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html. Acesso em 3 jul. 2016.

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-norma-pe.html. Acesso em: 3 jul. 2016.

CADORE, Marcos Cesar. *Uma análise das relações coronelistas na emancipação do município de Encantado: 1914-1915***.** Passo Fundo, 2014. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/ph/article/download/4294/3028. Acesso: em 20 jun. 2016.

CATELAN, João Damásio. *As escolas primárias rurais nos núcleos de colonização e o processo de transição para a nacionalização do ensino: O caso de Jaguari.* Jaguari, 12 out. 2015. Acervo de História Oral, PUCRS. Pesquisa no âmbito da disciplina Estágio de Pesquisa Fontes Visuais/Orais, Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves, 2º semestre de 2015. Entrevista concedida a Rackel Ferreira da Fonseca Tambara.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: Cultura escolar*. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT4%20PDF/HIST%D3RIA%20DAS%20DISCIPLINAS%20ESCOLARES%20E%20CULTURA%20ESCOLA1.pdf. Acesso em 18 nov. 2015.

CORSETTI, Berenice. *Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul: 1889-1930.* Cadernos de Educação, Pelotas, nº 31, p.55-69, jul/dez. 2008. Disponível em: http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1740/1620. Acesso em: 31 ago. 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *A desoficialização do ensino no Brasil: A Reforma Rivadávia***.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-38, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108. Acesso em 17 nov. 2015.

DOSSIÊ DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. Jaguari: PMJ, de 29 de dezembro de 1939 a 24 de novembro de 1944. S.n. 97 p.

FARIA, Luciano Mendes F; GONÇALVES, Diana V; PAULILO, André L. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira***.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, nº 1, p.139-59, jan/abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

FEE-FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1803-1950*. Convênio com Museu Hipólito da Costa. 1981. Porto Alegre. Disponível em: www.**fee**.tche.br/site**fee**/.../de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-**rs.** *Acesso em: 14 abr. 2013.*

HISTÓRICO DOS DISTRITOS. Jaguari: PMJ/SME, 1982. 5 p.

JAGUARI. Ato nº 1, de 14 de novembro de 1921. Promulga a Lei Orgânica do Município. Porto Alegre: 1922. 23 p.

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de novembro de 1921 pelo Intendente Miguel Chimielewski. Porto Alegre: A Federação, 1922.

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de dezembro de 1922, pelo Intendente Miguel Chimielewski. Jaguari: A Voz de Jaguary, 1923

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 24 de dezembro de 1923 e Lei de Orçamento para o exercício de 1924, pelo Vice Intendente Coronel Cloraldino Teixeira. Jaguari: A Voz de Jaguary, 1924.

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 24 de dezembro de 1924 e Lei de Orçamento nº 13, de 24 de dezembro de 1924 para o exercício de 1925, pelo Vice Intendente Coronel Cloraldino Teixeira. Porto Alegre: A Federação, 1925.

JAGUARI. Ato nº 8 de 5 de fevereiro de 1926. Lei de Orçamento para o exercício de 1926. Jaguari: D`A Liberdade, 1926, 28 p.

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de novembro de 1927. Lei de Orçamento de Receita e Despesa nº 8, de 1 de dezembro de 1927 para exercício de 1928, pelo Intendente Coronel Sylvio Marchiori: Jaguari, d`A Liberdade, 1928.

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de novembro de 1928. Lei de Orçamento de Receita e Despesa nº 13, de 13 de dezembro de 1928

para exercício de 1929, pelo Intendente Coronel Sylvio Marchiori: Jaguari, d`A Liberdade, 1929.

JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de novembro de 1929, pelo Intendente Coronel Sylvio Marchiori: Jaguari, d`A Liberdade, 1930.

JAGUARI. Relatório dos exercícios de 1930 e 1931 do Prefeito José Benincá, apresentado ao Interventor Federal do Estado, Gal. J. A. Flores da Cunha em 31 de dezembro de 1931. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932.

JAGUARI. Relatório dos exercícios de 1932 e 1933, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de dezembro de 1933 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.

JAGUARI. Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

JAGUARI. Relatório do exercício de 1936, apresentado à Câmara Municipal em 15 de junho de 1937 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

JAGUARI. Decreto-Lei nº 57, de 30 de novembro de 1943. Lei de Orçamento para o exercício de 1944. Porto Alegre: Imprensa oficial, 1944.

JAGUARI. Decreto-Lei nº 69, de 30 de novembro de 1944. Lei de Orçamento para o exercício de 1945. Porto Alegre: Imprensa oficial, 1945.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como objeto histórico***.** Traduzido por Gizele de Souza. Souza. Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, jan./jun. 2001**.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf/. Acesso em: 20 nov. 2015.

KREUTZ, Lúcio. *Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: Instâncias de coordenação e estruturas de apoio.* [São Leopoldo]: Unisinos, Revista Brasileira de Educação, nº 15, set/dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10. Acesso em: 14 abr. 2013.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Sulina, 1971.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LIVRO CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 1 de setembro de 1920 a 16 de junho de 1921. 200 p.

LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933. Fragmento: p.20-99.

LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1 de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p.

LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 1 de janeiro a 31 de março de 1921. Fragmento, p. 1 a 22.

LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 4, de 13 de agosto de 1921 a 9 de fevereiro de 1922. 55 p.

LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.

LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul de 1875 a 1930*: *Leggere, scrivere e calcolare per esssere alcuno nella vitta.* Tese (Doutorado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/processo%20escolar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.

LUCHESE, Terciane Ângela. *Singularidades na história da educação brasileira: As escolas comunitárias étnicas entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (final do século XIX e início do século XX*). Disponível em: http://cuadernosinterculturales.uv.cl/index.php?option=com_contente&view=article&id=107&itemid=7. Acesso em: 11 mar. 2013.

MAEDER, Ernesto J. A; GUTIERRES. Ramón. *Atlas histórico del nordeste argentino.* Resistência, Instituto de Investigaciones Geohistoricas, Conicet, Fundanord y Universidad Nacional del Nordeste: Chaco, Argentina. 1995.

MALERBA, Jurandir. *Ensaios: teoria, história & ciências sociais.* Londrina: Eduel, 2011.

MARCHIORI. José Newton Cardoso. *Esboço Histórico de Jaguari.* Santa Maria: Palloti, 1999.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. *Jaguari: documentos históricos e relatos*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

RAMBO, Balduino Pe. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul: Ensaio de monografia natural.* Porto Alegre: Selbach, 1956.

RENK, Valquíria Elita. *Nacionalização compulsória das escolas étnicas e resistências no governo Vargas* in: Educere, 2008, [Curitiba]. Anais. [Curitiba]. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/620_436.pdf. Acesso em: nov. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 874, de 28 de fevereiro de 1906. Reorganiza o serviço de instrução pública no Estado. In: Coleção de leis, atos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1906. Porto Alegre: O Independente, 1912.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 1.480, de 27 de maio de 1909. Regula a concessão de subvenção às escolas particulares. In: Coleção de leis, atos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1909. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1910

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 1.746, de 24 de junho de 1911. Extingue a Inspetoria Geral da Instrução Pública e constitui da respectiva secretaria uma nova diretoria para a Repartição Central da Secretaria do Interior, com a denominação de 3ª. In: Coleção de leis, atos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1911. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1912.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 2.224, de 29 de novembro de 1916. Provê sobre o ensino elementar e complementar ministrado pelo Estado In: Coleção de leis, atos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1916. Porto Alegre: A Federação, 1917.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 2.365, de 23 de agosto de 1918.Cria 167 escolas, subvencionadas pelo governo federal, nas zonas habitadas por população de origem

imigrantista. In: Coleção de leis, atos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1918. Porto Alegre: A Federação, 1920.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 2.514, de 9 de fevereiro de 1920. Fixa o quantum das subvenções escolares. In: Coleção de leis, atos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1920. Porto Alegre: A Federação, 1921.

SAVIANI, Demerval. *A escola pública brasileira no longo século XX*:1890-2001*:* Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf. Acesso em: 1 nov. 2015.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. *Cultura escolar:* quadro conceitual e possibilidades de pesquisa*:* Educar, Curitiba, nº 28, p. 201-16, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf. Acesso em: 18 nov. 2015.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação*: A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1995.

APÊNDICE A
SÍNTESE DAS FONTES PROVENIENTES DO "ARQUIVO MORTO" DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARI

A base das informações usadas na sistematização de dados que compõem os apêndices seguintes - B e C, é o conjunto de relatórios de restação de contas do Intendente de 1920 a 1936, exceto os anos de 1925 e 1926, quando não há relatório disponível.

Embora nele existam quadros e/ou tabelas com os números da instrução no município de Jaguari, estes por si só não bastam para delinear todo o funcionamento da educação primária. No intuito de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar o conteúdo das informações básicas, utilizamos adicionalmente o acervo de documentos contábeis, fiscais, correspondências oficiais, livros de registro de funcionários do chamado "arquivo morto" da Prefeitura Municipal de Jaguari. Igualmente, pretende-se identificar a contribuição desse grupo de fontes ao corpo documental básico, para se chegar ao resultado que apresentamos nos apêndices B e C.

No intuito de melhor clarificar o trabalho de compilação dos dados, apresentemos aqui a síntese dos principais documentos provenientes do "arquivo morto".

São eles:

a) LIVRO CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 1º de setembro de 1920 a 16 de junho de 1921. 200 p. Movimentação diária de pagamentos e recebimentos da

Intendência. Cada lançamento é seguido de breve histórico onde constam beneficiário/pagador, valor, data e finalidade;

b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99. Contém os pagamentos efetuados pela Intendência a funcionários e fornecedores. Cada credor tem uma folha em seu nome. No verso e anverso são registrados os pagamentos efetuados em ordem cronológica. No caso dos professores, os registros de pagamento evidenciam que o recebimento do ordenado é trimestral;

c) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;

d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p. idem ao anterior;

e) BOLETIM MENSAL DE CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 31 de dezembro de 1923 a 31 de julho de 1928. 60 p. Escritura a receita e a despesa realizadas ao final de cada mês. Permite verificar o dispêndio por conta da instrução pública municipal, bem como o recebimento dos subsídios estaduais para a educação primária local;

f) LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 1º de janeiro a 31 de março de 1921. Fragmento, p. 1 a 22. Escritura a receita e a despesa diárias. Constatam-se as entradas e saídas de recursos nos cofres municipais, inclusive o dispêndio por conta da instrução pública municipal, bem como o recebimento dos subsídios estaduais para a educação primária local;

g) LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 4, de 13 de agosto de 1921 a 9 de fevereiro de 1922. 55 p. Idem ao anterior;

h) LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p. A existência das aulas comunitárias, sua criação, extinção, além da movimentação dos professores é encontrada no exame das correspondências oficiais do município entre 1º de outubro de 1920 e 16 de janeiro de 1926. Toda a correspondência envidada oficialmente dentro e fora do município de Jaguari é transcrita no livro de protocolo**.** Trata de assuntos e requisições diversas, a delegação aos Subintendentes dos distritos e demais funcionários da Intendência. Contém desde levantamentos sobre as aulas rurais requisitadas pelo governo estadual, quanto, por exemplo, a resposta

a pedidos de Borges de Medeiros sobre quantos eleitores se consegue arrebanhar em Jaguari para as diversas eleições do período.

i) DOSSIÊ DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. Jaguari: PMJ, de 29 de dezembro de 1939 a 24 de novembro de 1944. S.n. 97 p. Composto pelas correspondências recebidas, da Diretoria das Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul. São cartas circulares dirigidas ao Prefeito Municipal, cujo conteúdo trata na maior parte da normatização do ensino. Demandas do DIP-Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Federal, campanhas de emissão de bônus de guerra, subvenções a escolas primárias também estão entre os assuntos abordados;

j) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p. Na circular nº 6, de 29 de dezembro de 1939, emitida pela Diretoria das Prefeituras municipais do Estado, é solicitada a organização do registro de funcionários municipais. Tem início, desse modo, o livro de assentamento dos funcionários de Jaguari. Contém ele o histórico de cada um dos funcionários, professores, inclusive, no período de 1920 a 1940. São anotações acerca de movimentações, demissões e ocorrências diversas do funcionalismo municipal;

k) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p. Contém os termos de compromisso previstos na lei orgânica de São Vicente, até 13 de novembro de 1921, quando entra em vigor a lei orgânica do novo município de Jaguari (JAGUARI, 1922). Os termos efetivam a posse do funcionalismo municipal, e neles constam as assinaturas do funcionário e do Intendente. Não há termos firmados com professores até 22 de agosto de 1922, data do último ato assinado pelo Intendente Miguel Chimieleski. Porém, nesse lapso, consta a nomeação de a nomeação do professor de dupla subvenção, Arthur Schwarz, como suplente de Subintendente do 3º distrito. Em 13 de fevereiro de 1922, é nomeado inspetor escolar do município, Francisco Leite de Araújo e Silva, que é substituído em 1º de janeiro de 1923, por Arthur Schwarz. Desse modo, configura-se o protagonismo do professor Arthur Schwarz no 3º distrito, como suplente de Subintendente, professor de 1920 a 1927, inspetor escolar em 1922 e suplente de quando passa a receber somente a subvenção municipal. Entre 1928 e 1930, Artur Schwarz não consta como professor. Em 1931 os registros o indicam como como professor municipal no 1º

distrito, aula do Passo do Barroso. Ao todo, são quarenta e dois termos de compromissos assinados com professores entre 1920 e 1940.

O conjunto de relatórios de prestação de contas do Intendente de 1920 a 1936, exceto os anos de 1925 e 1926, quando não há relatórios disponíveis, formam o corpo documental básico deste trabalho. Com o acesso ao denominado "arquivo morto da Prefeitura de Jaguari", um acervo de documentos contábeis, fiscais, correspondências oficiais, livros de registro de funcionários, dentre outros, foi possível efetuar comparações, cruzamentos e complementação das informações no recorte temporal escolhido.

O resultado da sistematização desses dois conjuntos de fontes, estão nos dois próximos apêndices, B e C, respectivamente.

APÊNDICE B
AS AULAS COMUNITÁRIAS DISTRIBUÍDAS POR DISTRITOS, A ATUAÇÃO E A MOVIMENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Aqui identificamos as aulas comunitárias existentes em Jaguari. Estão separadas por distrito (1º, 2º, 3º e 4º), localidade, respectivos professores ao longo do tempo, bem como suas vicissitudes conjunturais em função de cada período.

AULAS COMUNITÁRIAS DO 1º DISTRITO DA SEDE

1) A aula da Linha 6 São Roque, é regida pelo professor Pelegrine Fontana, nos anos de 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934. Pelo ato nº Ato 14, de 3 de março de 1934, o titular se aposenta como professor municipal;
2) Na Linha 10, Francisco Tambara é o professor nos anos de 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932,1933, 1934. É aposentado como professor municipal, pelo ato nº 15, de 3 de março de 1934;
3) Aula do Marmeleiro – Rosalina Berni é a titular desta aula subvencionada estadual quando da emancipação e lá atua nos anos de 1921 e 1922. Aula foi declarada vaga em 1922, e a subvenção estadual é transferida para a aula da Caixa d`água, cujo titular é Gildo Giacomelli, nos anos de 1922, 1923, 1924, 1925, 1926. Em 1927 a subvenção estadual da Caixa d`água é suspensa, é mantido o mesmo professor, com a subvenção municipal. Em 1930, Maria Chiesa Machado é nomeada para o Marmeleiro, com subvenção municipal. Em 1932, esta aula volta a receber subvenção estadual, acumulando as duas remunerações. Maria Chiesa Machado é exonerada em 1933. A aula do Marmeleiro é extinta e é criado um grupo escolar na localidade;

4) Aula do Jaguarisinho - Maria Chiesa Machado é nomeada por ato nº 13, de 6 de setembro de 1934, para esta aula que passa a receber subvenção em 1935;
5) Aula do chapadão - José Martini é o titular em 1927 e 1928. Em 1929, deixa de ser subvencionada estadual e essa escola não aparece como municipal, sendo transformada em Grupo Escolar. José Martini é transferido para o 1º distrito, Linha 1;
6) Aula da Ponte Verde, subúrbios. Regida por Maria Marengo de 1927 a 1935.

AULAS COMUNITÁRIAS DO 2º DISTRITO DE NOVA ESPERANÇA

1) Aula da sede. Julio Fioravante Trois é o professor em 1921. É substituído por Antônio Ebani em 1922, que lá permanece ininterruptamente até 1931. Herothildes Genro Ramos assume esta aula em 1932 e é exonerada em 16 de agosto de 1933, a pedido, pelo ato nº 14. A aula é transformada em Grupo Escolar no ano de 1934;

2) Aula do Campestre - Almerinda Cotta Reiffer é a professora em 1921. Entre 1922 e 1935, esta aula fica a cargo de Idalina dos Santos Silva. Em 1927 a aula do Campestre deixa de receber a subvenção estadual, passando a municipal, mantendo a mesma professora até o ano de 1935;

3) Linha 1 A - Antônio Alves dos Santos é o professor de 1921 a 1927, quando esta aula deixa de receber subvenção e sequer consta mais entre as aulas de subvenção municipal.

AULAS COMUNITÁRIAS DO 3º DISTRITO:

1) Arthur Schwarz é o titular da aula da Linha 14 nos anos de 1921, 1922, 1923, 1924, 1925 e 1926. É transferido em 1927 para a Linha 17, que passa a receber subvenção estadual. A subvenção da Linha 14 é mantida e assume em 1927, Mariana Callegaro Borsa, que lá permanece até 1929, quando é substituída por Adelina Pasqualine. Pelo ato nº 16, de 5 de outubro de 1932, a professora Adelina Pasqualine é exonerada a pedido. De 1932 a 1934, essa aula está a cargo da professora Pasqua Denardi Pasa, que é exonerada a pedido pelo ato nº 18, de 31 de dezembro de 1934. A aula da linha 14 é extinta;

2) Aula comunitária da Linha 17, absorvida em 1921, quando passa a receber subvenção estadual. Arthur Schwarz é transferido da Linha 14 para esta aula em 1927. Em 1928 e

1929, não constam dos relatórios nem a aula da Linha 17, nem o seu professor. Pelo ato nº 18, de 3 de abril de 1931, Arthur Luiz Schwarz é nomeado professor da aula do Passo do Barroso. Em 1934, a aula da Linha 17, volta a receber subvenção estadual e nela atua o professor Alvino Eder. Aula extinta ao final de 1934;

3) Aula da Sanga d`Areia – Pedro Ferrari Sobrinho é o professor no período de 1923 a 1935;

4) Aula do Marco 60. Seu professor é Victor Rossi, de 1921 a 1926. Em 1927, deixa de receber subvenção estadual e passa a chamar-se Linha 11, M60, municipal e o professor Vitor Rossi também é substituído por José Schiavo. Em 1928, o relatório do intendente fala das dificuldades financeiras que o município enfrenta. "Pelo quadro junto, verifica-se que a dívida passiva do município, entre diversos credores, com respectivos juros até 31 de outubro de 1927, eleva-se a 145:164$080, acrescendo o valor de 627 apólices do empréstimo municipal com juros correspondentes até 31 de outubro de 1927, e mais as dívidas de exercícios findos, obteremos um total de 273:611$830, que é a quanto monta a dívida do município conhecida até esta data, pois continuam a aparecer contas da administração passada devidamente visadas e que não figuravam com lançamento algum, das quais foram pagas aos senhores. Victor Rossi e Pedro Rodrigues Soares, no valor de R$ 1:810$000, relativas aos exercícios de 1922 e 1923" (JAGUARI, 1929);

5) Aula do Bom Respiro – o professor Cândido Severo Sampaio iniciou em 1929 nesta escola que passa a receber a subvenção estadual, pela exclusão do benefício da escola da Linha 17. Em 1930, o professor é exonerado por conveniência de serviço pelo ato nº 7, de 6 de fevereiro de 1930 e é substituído por Hermínia Cairoli. Pelo ato nº 5 de 1º de maio de 1933 são concedidos seis meses de licença para tratamento de saúde da professora. Pelo ato nº 22 de dezembro de 1933, a professora Hermínia Cairoli é exonerada a pedido. Em 15 de agosto de 1933, pelo ato nº 12, é nomeado professor interino, Antônio Stangerlin. A subvenção estadual é retirada, passando a receber a subvenção municipal;

6) Aula do Segredo - Francisco Berni é nomeado professor, pelo ato nº 11 de 1º de maio de 1935. Aula municipal que passa a receber também a subvenção estadual;

7) Aula da Linha 20 - Angelo Federizzi é nomeado professor pelo ato nº 17, de 15 de setembro de 1934. Aula municipal que passa a receber dupla subvenção em 1935;
8) Aula da Fontana Freda – Iolanda Maria Ferrari é nomeada professora em 1935, pelo ato 1º 2, de 1º de março de 1935. Aula municipal, que passa a receber subvenção estadual. A professora anterior em 1934, Ida Bota, foi exonerada em 12 de fevereiro de 1934.

AULAS COMUNITÁRIAS DO 4º DISTRITO

1) Aula da Boca da Serra - Maximiliano Pedro Krahe é nomeado professor pelo ato 1º 3, de 1º de março de 1935. Aula criada em 1935, como municipal e que passa a receber também subvenção estadual;
2) Aula de São Xavier – O professor Carlos Missiewicz é o titular em 1927 e 1928, sendo substituído em 1929 pela professora Cristina Gomes de Menezes. Em 1930, Carlos Missiewicz, retorna para essa aula e a professora Cristina assume a aula do Fachinal, também no 4º distrito;
3) Aula do Fachinal - Cristina Gomes de Menezes assume em 1930. Escola municipal que a partir de 1930 consta tanto como subvencionada estadual como municipal. Na municipal, seu professor é Sérgio Andrada, que veio a falecer em 1931. Em 1933, encontramos o ato nº 15, de 16 de agosto de 1933, que exonera a professora Olívia da Silva Andrada desta aula. Isto significa que a professora. Olívia assume em 1932 e é demitida em 1933. Neste ano, a escola perde a dupla subvenção, permanecendo apenas com a escola municipal. Em 1933 consta como professor Silvio Feliciani. Em 1934, volta a receber a subvenção estadual. O professor Silvio Feliciani é exonerado a pedido em 1934, pelo ato nº 10, de 1º de setembro de 1934.
4) Aula da Caixa Dágua - Gildo Giacomelli, nomeado em 1922, segue como professor até 1935. No período de 1922 a 1926, detém a subvenção estadual, advinda do Marmeleiro. Em 1927, passa a receber só a municipal. Em 1935, volta a receber a subvenção estadual pela segunda vez, com o mesmo professor.

APÊNDICE C
DADOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA EX-COLÔNIA JAGUARI EM 1920.
DADOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE JAGUARI ENTRE 1921 E 1936

NOTA PRELIMINAR:

Os dados a seguir são fruto da compilação pela autora de dados provenientes de várias fontes, conforme detalhado ao final de cada tabela;

Os títulos das tabelas procuram respeitar a denominação atribuída pelas fontes.

Tabela 1
Demonstrativo das aulas particulares existentes e necessárias em Jaguari: dezembro de 1920

Aula número	Professor(a)	Localização		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Lugar (1)			Estadual	Municipal	
1	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6. S. Roque	45	34	X		
2	Rosalina Berni	1º	Marmeleiro	30	26	X		
3	Francisco Tambara.....	1º	L 10	46	25	X		
4	Arthur Schwarcz.....	3º	L 14	34	30	X		
5	Julio Fioravante Trois.....	2º	N. Esperança	45	28	X		
6	Almerinda Cotta Reiffer.....	2º	Campestre	22	18	X		
7	Antônio Alves Santos.....	2º	L 1 A	37	29	X		
8	Victor Rossi.....	3º	Marco 60	32	26	X		
9	Thiago Pinarello.....	1º	L Base	42	30		X	
10	Sezefredo Torres Silva.....	1º	Sanga D`Areia	26	20		X	
11	Idalina dos Santos Silva.....	2º	L 3 A	26	20		X	
12		2º	Rincão S. Izidro	67				X
13		3º	L 7	30				X
14		4º	São Xavier	39				X

15		4º	São Xavier	34				X
	Totais			555	286			

1) L = Linha

Fonte: LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.

Tabela 2

Demonstrativo das escolas públicas estaduais de Jaguari em 1921

Escola Número	Professor(a)	Localização		Alunos Matriculados
		Distrito	Lugar	
1	Guilhermina Javorski.....	1º	Vila	
2	Ibrahima Viana Teixeira.....	1º	Vila	
3	Anália Doralice da Silva.....	1º	Vila	
4	Oscar Rodrigues Dornelles.....	1º	Vila	
5	Constante Patias.....	1º	Fontana Freda	
	Totais.....			292

Fonte: JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de novembro de 1921 pelo Intendente Miguel Chmielewski. Porto Alegre: A Federação, 1922, p. 70-1.

Tabela 3

Demonstrativo das aulas particulares existentes em Jaguari em 30 de setembro de 1921

Aula número	Professor(a)	Localização		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Lugar (1)			Estadual	Municipal	
1	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6. S. Roque	59	42	X		
2	Rosalina Berni	1º	Marmeleiro	20	16	X		
3	Francisco Tambara.....	1º	L 10	40	32	X		
4	Arthur Schwarcz.....	3º	L 14	27	23	X		
5	Julio Fioravante Trois.....	2º	N. Esperança	37	25	X		
6	Almerinda Cotta Reiffer.....	2º	Campestre	28	21	X		
7	Antônio Alves Santos.....	2º	L 1 A	43	28	X		
8	Victor Rossi.....	3º	Marco 60	26	20	X		
9	Thiago Pinarello.....	1º	L Base	36	26		X	
10	Pedro Ferrari.....	1º	Sanga D`Areia	31	24		X	
11	Idalina dos Santos Silva.....	2º	L 3 A	30	24		X	
12	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	41	30		X	
13	Julia Andres.....	3º	L 7	23	16		X	
14	Virginia Pretto.....	3º	L 15	23	17		X	
15	Manoel Garcez Moraes.....	4º	Fachinal	30	22		X	

16	José Martini.....	1º	Chapadão	31	22		X	
17	Arthur Schwarz.....	3º	L 15	20	16		X	
18	Pelegrine Fontana.....	1º	L 4	42	32		X	
19	Francisco L A Silva.....	4º	São Xavier	26	19		X	
20	Adolpho Von Schern.....	3º	Bom Respiro	34	26		X	
	Totais.....			647	481			

1) L = Linha

Nota: As aulas regidas por Pelegrine Fontana e Arthur Schwarz, em número de 2 cada um, funcionam em turnos de manhã e à tarde.

Fontes:

a) JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de novembro de 1921 pelo Intendente Miguel Chmielewski. Porto Alegre: A Federação, 1922, p. 70-1.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.

d) LIVRO CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 1º de setembro de 1920 a 16 de junho de 1921. 200 p.

e) f) LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 1º de janeiro a 31 de março de 1921. Fragmento, p. 1 a 22.

f) LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 4, de 13 de agosto de 1921 a 9 de fevereiro de 1922. 55

g) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

Tabela 4

Estabelecimentos de ensino existentes em Jaguari em 30 de novembro de 1922

Escola número	Professor(a)	Localização		Tipo de estabelecimento
		Distrito	Lugar	
1	Guilhermina Javorski.....	1º	Vila	Estadual
2	Ibrahima Viana Teixeira.....	1º	Vila	Estadual
3	Oscar Rodrigues Dornelles	1º	Vila	Estadual
4	Constante Patias.....	1º	Fontana Freda	Estadual
5	Anália Doralice da Silva.....	1º	Vila	Municipal
6	23 aulas com subvenção municipal ou estadual ...		Distritos rurais	Particular

Fontes:

a) JAGUARI. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de dezembro de 1922, pelo Intendente Miguel Chmielewski. Jaguari: A Voz de Jaguary, 1923, p. 10-11.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.

d) LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 4, de 13 de agosto de 1921 a 9 de fevereiro de 1922. 55

e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

Tabela 5

Demonstrativo das aulas particulares existentes em Jaguari em 30 de novembro de 1922

Aula número	Professor(a)	Localização		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Lugar (1)			Estadual	Municipal	
1	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6, S. Roque	47	38	X	X	
2	Gildo Giacomelli	4º	Caixa D`Água	56		X	X	
3	Francisco Tambara.....	1º	L 10	41	31	X	X	
4	Arthur Schwarz.....	3º	L 14	24	20	X	X	
5	Antônio Ebani.....	2º	N. Esperança	31	24	X	X	
6	Idalina Santos Silva.....	2º	Campestre	32	25	X	X	
7	Antônio Alves Santos.....	2º	L 1 A	30	23	X	X	
8	Victor Rossi.....	3º	Marco 60	25	20	X	X	
9	Pedro Ferrari.....	1º	Sanga DÀreia	58	42		X	
10	Adolpho Von Schern.....	3º	Bom Respiro	34	23		X	
11	José Martini.....	1º	Chapadão	44	40		X	
12	Thiago Pinarello.....	1º	L Base	35	26		X	
13	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	61	45		X	
14	Julia Andres.....	3º	L 7	31	25		X	
15	Izolete Garcia Santos...	1º	Perto Cemitério	40	34		X	
16	Manoel Garcez Moraes.	4º	Fachinal	21	15		X	
17	Ida Kubis Araujo Silva...	4º	São Xavier	21	16		X	
18	Pedro Ferrari.....	1º	L 4	35	30		X	
19	Arthur Schwarz.....	3º	L 17	16	14		X	
20	Antônio Ebani.....	2º	L 3ª	36	30		X	
21	Transferida em dez/22..	1º	Marmeleiro					
22	Vaga.....	3º	L 15					
23	Vaga.....	3º	L 20					
24	Vaga.....	4º	Picada S Xavier					
	Totais.....			718	521			

1) L = Linha

Fontes:

a) Relatório Intendente Miguel Chimieleski, Conselho Municipal. Jaguari, 1923, p..10,11

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.
d) LIVRO DE RECEITA E DESPESA. Jaguari: PMJ, nº 4, de 13 de agosto de 1921 a 9 de fevereiro de 1922. 55
e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

Tabela 6
Demonstrativo das aulas particulares existentes em Jaguari em 30 de novembro de 1923

Aula número	Professor(a)	Localização		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Lugar (1)			Estadual	Municipal	
1	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6, S. Roque	47	34	X	X	
2	Gildo Giacomelli	4º	Caixa D`Água	56	38	X	X	
3	Francisco Tambara.....	1º	L 10	41	31	X	X	
4	Arthur Schwarz.....	3º	L 14	24	20	X	X	
5	Antônio Ebani.....	2º	N. Esperança	31	24	X	X	
6	Idalina Santos Silva.....	2º	Campestre	32	25	X	X	
7	Antônio Alves dos Santos...	2º	L 1 A	30	23	X	X	
8	Victor Rossi.....	3º	Marco 60	25	20	X	X	
9	Pedro Ferrari.....	1º	Sanga DÀreia	68	58	X	X	
10	Paulino Pires da Veiga.....	3º	Bom Respiro	34	23		X	
11	Vaga.....	1º	Chapadão					
12	Thiago Pinarello.....	1º	L Base	35	26		X	
13	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	61	45		X	
14	Rodolpho Andres.....	3º	L 7	31	25		X	
15	Izolete Garcia Santos.....	1º	subúrbios	40	34		X	
16	Manoel Garcez Moraes.....	4º	Fachinal	26	18		X	
17	Anastácio Costa Ramos.....	4º	São Xavier	20	15		X	
18	Pedro Ferrari.....	1º	L 4	35	30		X	
19	Arthur Schwarcz.....	3º	L 17	16	14		X	
20	Antônio Ebani.....	2º	L 3ª	36	30		X	
21	Vaga.....	4º	Caixa Dàgua					
22	Vaga.....	3º	L 15					
23	Vaga.....	3º	L 20 S Jorge					
24	Vaga.....	4º	S Xavier					
	Totais.....			688	533			

1) L = Linha

Fonte:

a) Relatório do Vice Intendente Coronel Cloraldino Teixeira, ao Conselho Municipal em 24 de dezembro de 1924. Jaguari: A Voz de Jaguary, 1924, p. 15-6;

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
c) LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.
d) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.
e) BOLETIM MENSAL DE CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 31 de dezembro de 1923 a 31 de julho de 1928. 60 p.

Tabela 7
Demonstrativo das aulas particulares existentes em Jaguari em 30 de novembro de 1924

Aula número	Professor(a)	Localização		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Lugar (1)			Estadual	Municipal	
1	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6, S. Roque	80	28	X	X	
2	Gildo Giacomelli	4º	Caixa D`Água	56	38	X	X	
3	Francisco Tambara.....	1º	L 10	47	35	X	X	
4	Antônio P. do Carmo.....	3º	L 14	30	25	X	X	
5	Antônio Ebani.....	2º	N. Esperança	31	24	X	X	
6	Idalina Santos Silva.....	2º	Campestre	32	25	X	X	
7	Antônio Alves Santos.....	2º	L 1 A	30	23	X	X	
8	Victor Rossi.....	3º	Marco 60	25	20	X	X	
9	Pedro Ferrari.....	1º	Sanga DÀreia	80	66	X	X	
10	Oliviero Marchori.....	3º	Bom Respiro	34	23		X	
11	José Martini.....	1º	Chapadão	44	40		X	
12	Thiago Pinarello.....	1º	L Base	35	26		X	
13	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	61	45		X	
14	Julia Andres.....	3º	L 7	31	25		X	
15	Izolete Garcia Santos.....	1º	Perto Cemitério	40	34		X	
16	Manoel Garcez Moraes.....	4º	Fachinal	26	18		X	
17	Vaga.....	4º	São Xavier					
18	Pedro Ferrari.....	1º	L 4	35	30		X	
19	Arthur Schwarcz.....	3º	L 17	16	14		X	
20	Antônio Ebani.....	2º	L 3ª	36	30		X	
21	Vaga.....	1º	Marmeleiro					

22	Vaga.....	3º	L 15					
23	Vaga.....	3º	L 20					
24	Vaga.....	4º	Picada S Xavier					
	Totais.....			769	569			

1) L = Linha

Fontes:

a) Relatório do Vice Intendente Coronel Cloraldino Teixeira ao Conselho Municipal em 24 de dezembro de 1925. Porto Alegre: Selbach, p. 123.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS. Jaguari: PMJ, de 1º de outubro de 1920 a 16 de janeiro de 1926. 90 p.

d) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

e) BOLETIM MENSAL DE CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 31 de dezembro de 1923 a 31 de julho de 1928. 60 p.

Tabela 8

Demonstrativo das escolas subvencionadas pelo Estado e municipais em outubro de 1927

Aula número	Professor(a)	Lugar		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Localização (L)			Estadual	Municipal	
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Sanga D`Areia	41		X	X	
2	José Martini.....	1º	Chapadão	39		X	X	
3	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	51		X	X	
4	Francisco Tambara.....	1º	Linha 10	23		X	X	
5	Pellegrino Fontana.....	2º	L. 6 São Roque	44		X	X	
6	Antônio Ebani.....	2º	N. Esperança	37		X	X	
7	Mariana Callegaro	3º	L. 14	51		X	X	
8	Arthur Luiz Schwarcz.....	3º	Linha 17	32		X	X	
9	Carlos Missiewicz.....	4º	São Xavier	36		X	X	
1	Belarmino F. Cotta.....	1º	L. 10	59			X	
2	Alfredo F. Assumpção.....	1º	Jaguarisinho	33			X	
3	Almerinda Cotta Reiffer.....	1º	L 10	41			X	
4	Pompeu Righe.....	1º	P. Barroso	35			X	
5	José Martini.....	1º	L 3	28			X	
6	Atiliano Souza Leal.....	1º	Divisa S.Vicente	25			X	
7	Idalina Alves dos Santos.....	2º	Campestre	40			X	
8	Antônio M. de Carvalho.....	2º	L 3	32			X	
9	Joao Batista Ferrari. Sobr...	2º	L 1	39			X	
10	Rosalina Berni.....	3º	L 15	22			X	

11	Hermínia Cairoli.....	3º	Bom Respiro	32			X	
12	Alcides Amaral Sobrinho....	3º	Segrede	38			X	
13	José Schiavo.....	3º	L 11 Marco 60	32			X	
14	Domingos Maciel Santos....	3º	L 21	39			X	
15	Rodolpho Andreas.....	3º	L 7	40			X	
16	Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa Dágua	23			X	
17	Cristina Gomes de Menezes	4º	Boca da Serra	23			X	
18	Sérgio Andrada.....	4º	Fachinal	24			X	
	Total.....		.	959				

1) L=Linha

Fontes:

a) Relatório do Intendente Sylvio Marchiori ao Conselho Municipal em 30 de outubro de 1927. Jaguari: d`Liberdade, 1928, p. 16.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

d) BOLETIM MENSAL DE CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 31 de dezembro de 1923 a 31 de julho de 1928. 60 p.

d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.

Tabela 9

Demonstrativo das escolas subvencionadas pelo Estado e pelo Município, existentes em Jaguari em outubro de 1928

Ordem	Professor(a)	Localização		Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Lugar (1)	Estadual	Municipal	
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Sanga D`areia	X	X	
2	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	X	X	
3	Francisco Tambara.....	1º	L 10	X	X	
4	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 São Roque	X	X	
5	Antônio Ebani.....	2º	N. Esperança	X	X	
6	Hermínia Cariolli.....	3º	Bom Respiro	X	X	
7	Jovita Barcelos.....	3º	L 14	X	X	
8	Cristina Gomes de Menezes.....	4º	Fachinal	X	X	
9	Carlos Missievicz.....	4º	São Xavier	X	X	
10	Belarmino Ferreira Cotta.....	1º	L 10		X	
11	Almerinda Cotta Reifer.....	1º	L 6		X	
12	Pompeu Righe.....	1º	Passo Barroso		X	
13	José Martini.....	1º	L3 Chapadão		X	

14	Idalina Alves Santos.....	2º	Campestre		X	
15	João Batista Ferrari Sobrinho.....	2º	L 1		X	
16	Rosalina Berni.....	3º	L 15 S João		X	
17	Ângelo Frederizzi.....	3º	L 20		X	
18	Rodolfo Andreas.....	3º	L 7		X	
19	Alcides Amaral Sobrinho.....	4º	Taquarichim		X	

1) L=Linha

Fontes:

a) Relatório do Intendente Sylvio Marchiori ao Conselho Municipal em 15 de novembro de 1928. Jaguari: d`Liberdade. 1929, p. 4-7.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

d) BOLETIM MENSAL DE CAIXA. Jaguari: PMJ, nº 1, de 31 de dezembro de 1923 a 31 de julho de 1928. 60 p.

d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.

Tabela 10

Demonstrativo das Escolas Públicas Estaduais de Jaguari em outubro de 1929

Nome do professorado	Localização		Matrícula			Frequência		
	Distrito	Lugar	H	M	Total	H	M	Total
Guilhermina Javorski..	1º	Vila	67	21	80	55	16	71
Ibrahima V Teixeira...	1º	Vila	54	52	106	42	33	75
Oscar R. Dornelles.....	1º	Marmeleiro	52		52	42		42
Anália Doralice Silva..	2º	N Esperança	29	12	41	18	13	31
Constante Patias.....	3º	Fontana Freda	23	8	31	14	6	20
Alfredo F. Assumpção.	1º	Jaguarisinho	33	29	62	18	19	37
José Martini.....	1º	Chapadão	30	17	47	15	21	36
Totais.....			288	139	419	204	108	312

H=Homens

M=Mulheres

Fonte: Relatório do Intendente Coronel Sylvio Marchiori, ao Conselho Municipal em outubro de 1929. Jaguari: d`A Liberdade, 1930, p. 15-6.

Tabela 11
Demonstrativo das escolas subvencionadas pelo Estado e municipais: 1929

Ordem	Professor(a)	Lugar		Matrícula	Frequência	Aulas com Subvenção		Aulas particulares
		Distrito	Localização (1)			Estadual	Municipal	
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Sanga D`Areia	44	39	X	X	
2	Cristina Gomes Menezes...	1º	São Xavier	34	26	X	X	
3	Antônio Ebani.....	2º	Nova Esperança	49	38	X	X	
4	Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 São Roque	43	38	X	X	
5	Carlos Missievcz.....	4º	São Xavier	42	30	X	X	
6	Adelina Pasqualini.....	3º	L 14	34	27	X	X	
7	Francisco Tambara.....	1º	L 10	38	27	X	X	
8	Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	47	35	X	X	
9	Candido Severo Sampaio.	3º	Bom Respiro	27	25	X	X	
	Subtotal.....		.....	358	285			
1	Rodolpho Andreas.....	3º	L 7	41	33		X	
2	Alcides Amaral Sobrinho...	3º	Segredo	46	28		X	
3	José Martini.....	1º	L 3	33	19		X	
4	Belarminio Ferreira Cotta...	1º	L 10	40	38		X	
5	Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	42	30		X	
6	João Batista Ferrarri Sobr.	2º	L 3	33	25		X	
7	Almerindo Rizzi (2).....	4º	Taquarichim	36	33		X	
8	Rosalina Berni.....	3º	L 15	30	26		X	
9	Idalina dos Santos.....	2º	Campestre	22	18		X	
10	Pedro Herculani.....	2º	L 3 A	48	38		X	
11	Renato Pasa.....	3º	Linha 11	34	14			
	Subtotal.....		.....	405	302			
1	Clélia Faria Dornelles(3).....	1º	Marmeleiro	22	20			X
	Subtotal.....		.....	22	20			
	Total.....		.....	785	617			

Notas:

1) L=Linha

2) 21 alunos de Jaguari e 14 de São Vicente.

3) Aula particular, subvencionada pelo município.

4) Das aulas subvencionadas pelo Estado, separadas por gênero:

- Matrícula: 187 homens e 171 mulheres = 358;
- Frequência: 151 homens e 134 mulheres = 285

Fontes:

a) Relatório do Intendente Coronel Sylvio Marchiori, ao Conselho Municipal em outubro de 1929. Jaguari: d`A Liberdade, 1930, p. 15-6.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.
d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.

Tabela 12
Escolas que funcionaram em Jaguari no ano de 1930

Escola.....	Matrícula	Frequência
Colégio São José.....	201	190
Grupo Escolar da Vila.....	288	214
Duas aulas estaduais.....	85	68
Nove aulas subvencionadas.....	315	258
Dezessete aulas municipais.....	587	501
Totais.....	1.476	1.231

Fontes:
a) Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em dezembro de 1930. Porto Alegre: 1932, p. 24.
b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.
d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.

Tabela 13
Demonstrativo do movimento geral do Grupo Escolar da Vila durante o exercício de 1930

Nome dos professores.....	Matrícula			Frequência		
	H	M	Total	H	M	Total
Leopoldo Schmitz - Diretor.....	16	5	21	14	4	18
Santos Dalbem – Professor.....	28	23	51	18	16	34
Ibrahima Viana Teixeira – Professora.....	42	40	82	38	32	70
Diodino A Nunes – Professor.....	33	36	69	28	28	56
Himaíta Teixeira Marengo –Professora.....	30	22	52	26	16	42
Totais.....	149	126	275	124	96	220

Notas:
1) H= Homens; M= Mulheres
2)Matriculados durante o ano: 275; eliminados: 25; eram analfabetos no início do ano: 127; alfabetizados durante o ano: 54; de cor branca: 266; De cor morena: 9 Total: 275; filhos de pais brasileiros: 275; filhos de pais estrangeiros: 0
Fontes:
a) Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em dezembro de 1930. Porto Alegre: 1932, p. 26-8
b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

Tabela 14
Demonstrativo dos professores com subvenção estadual em 1930

Professores	Distrito	Local (1)	Matrícula			Frequência		
			H	M	Total	H	M	Total
Pedro Ferrari Sobrinho...	1º	Sanga D Areia	15	14	29	10	12	22
Cristina G. Mendes.....	4º	Fachinal	14	15	29	11	10	21
Antônio Ebani.....	2º	Sede N E	22	15	37	19	11	30
Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 S. Roque	21	16	37	18	13	31
Carlos Misievicz.....	4º	S Xavier	17	14	31	14	11	25
Adelina Pasqualini.....	3º	L 14	22	14	36	19	11	30
Francisco Tambara.....	1º	L 10	21	11	32	18	9	27
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	20	15	35	18	13	31
Hermínia Cairoli.....	3º	Bom Respiro	25	13	38	19	16	35
Total.....			177	127	304	146	106	252

Notas:

1) L=Linha

2) H=Homens M=Mulheres

Fontes:

a) Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em dezembro de 1930. Porto Alegre: 1932, p. 26-8

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

Tabela 15
Demonstrativo dos professores municipais de Jaguari em 1930

Aula número	Professor(a)	Lugar (1)		Matrícula	Frequência
		Distrito	Localização das aulas		
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Igreja Auxiliadora	26	21
2	Protásio Jacques Barragana.....	1º	Linha 10	33	29
3	José Martini.....	1º	Chapadão	31	29
4	João Batista Ferrari Sobrinho.....	1º	L 1	30	24
5	Idalina dos Santos.....	2º	Campestre	27	23
6	Pedro Ercolani.....	2º	L 3 A	41	36
7	Rodolfo Andres.....	3º	L 7	32	29
8	Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	27	24
9	Renato Pasa.....	3º	L11	26	23
10	Rosalina Berni.....	3º	Segredo	35	30
11	Almerindo Rizzi.....	4º	Taquarichim	27	22
12	Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa Dágua	40	36
13	Sérgio Andrada.....	4º	Fachinal	32	28

14	Maria Chiesa Machado.....	1º	Marmeleiro	54	49
15	Anália Gonçalves dos Santos.....	1º	Jaguarisinho	47	41
16	Alvino Eder.....	3º	L 17	30	24
17	Pedro Conterato.....	3º	L 15	31	24
	Totais.....		.....	569	492

L=Linha

Fontes:

a) Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em dezembro de 1930. Porto Alegre: 1932, p. 26-8

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95 p.

Tabela 16

Demonstrativo do movimento geral do Grupo Escolar da Vila, durante o exercício de 1931

Nome dos professores(as)	Matrícula			Frequência		
	H	M	Total	H	M	Total
Leopoldo Schmitz – Diretor.....	25	5	20	12	4	16
Ibrahima V. Teixeira – Professora.....	30	25	55	18	14	32
Hilda Mendonça – Professora.....	30	22	52	24	18	42
Tercila T. Fráguas – Professora	50	40	90	40	32	72
Diodino A. Nunes – Professor.....	40	31	71	30	22	52
Totais.....	175	123	288	124	90	214

Notas: 1) H=Homens; M=Mulheres; 2) matriculados durante o ano: 288; eliminados: 27; eram analfabetos no início do ano: 132; alfabetizados durante o ano: 57; de cor branca: 261; de cor morena: 8; total: 261; filhos de pais brasileiros: 261; filhos de pais estrangeiros: 0; idade:7 a 10 anos: 144; 11 a 14: 92; mais de 14, 25=261

Fonte: Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em 31 de dezembro de 1931. Porto Alegre, p. 28.

Tabela 17

Demonstrativo dos professores com subvenção estadual em 1931

Professores	Distrito	Local (1)	Matrícula			Frequência		
			H	M	Total	H	M	Total
Pedro Ferrari Sobrinho...	1º	Sanga D Areia	15	15	30	11	14	25
Cristina Gomes Mendes.	4º	Fachinal	14	17	31	10	16	26
Antônio Ebani.....	2º	Sede N E	23	17	40	19	12	31
Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 S. Roque	20	16	36	16	11	27
Carlos Misievicz.....	4º	S Xavier	16	12	28	14	11	25

Adelina Pasqualini.....	3º	L 14	22	13	35	18	9	27
Francisco Tambara.....	1º	L 10	21	11	32	18	9	27
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	28	22	50	25	17	42
Hermínia Cairoli.....	3º	Bom Respiro	20	13	33	16	11	27
Totais.....			179	136	314	147	110	257

Notas:

1) L=Linha

2) H=Homens M=Mulheres

Fonte:

a) Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em dezembro de 1931. Porto Alegre: 1932, p. 119.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 18

Demonstrativo dos professores municipais de Jaguari em 1931

Aula número	Professor(a)	Lugar (1)		Matrícula	Frequência
		Distrito	Localização		
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Igreja Auxiliadora	28	24
2	Protásio Jacques Barragana.....	1º	L 10	36	30
3	Luiz Zanini.....	1º	Chapadão	32	28
4	Arthur Luiz Schwarcz.....	1º	Passo do Barroso	38	30
5	João Batista Ferrari Sobrinho.....	2º	L 1	30	25
6	Idalina dos Santos Silva.....	2º	Campestre	29	24
7	Pedro Ercolani.....	2º	L 3 A	41	36
8	Rodolfo Andreas.....	3º	L 7	34	30
9	Ângelo Frederizzi.....	3º	L 20	30	25
10	Renato Pasa.....	3º	L 11	30	25
11	Alvino Eder.....	3º	L 17	30	25
12	Rosa F. Andrada.....	3º	Segredo	37	32
13	Pedro Conterato.....	3º	L 15	31	26
14	Almerindo Rizzi.....	1º	Taquarichim	30	26
15	Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa Dágua	41	36
16	Olívia da Silva Andrade.....	4º	Fachinal	34	29
17	Maria Chiesa Machado.....	1º	Marmeleiro	56	50
	Totais.....		.....	587	501

Nota:

1) L=Linha

Fontes:

a) Relatório do Intendente Coronel José Benincá, ao General Interventor J. A. Flores da Cunha em dezembro de 1931. Porto Alegre: 1932, p. 122.

b) b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 19
Escolas que funcionaram em Jaguari ao final do ano de 1933

Escola	Matrícula	Frequência
Colégio São José.....	280	255
Grupo Escolar Estadual da Vila.....	200	160
Grupo Escolar Estadual Marmeleiro.....	110	88
Grupo Escolar Estadual Nova Esperança.....	120	95
Aula Estadual subvencionada Jaguarisinho.....	55	43
26 aulas municipais.....	926	875
Totais.....	1.691	1.516

Fontes:
a) Relatório dos exercícios de 1932 e 1933, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de dezembro de 1933 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.
b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.
c) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;
d) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 20
Demonstrativo dos professores com subvenção estadual em 1932

Professores	Distrito	Local (1)	Matrícula			Frequência		
			H	M	Total	H	M	Total
Pedro Ferrari Sobrinho..	1º	Sanga D Areia	14	15	29	12	14	26
Maria Chiesa Machado..	1º	Marmeleiro	15	15	30	10	16	26
Herotildes Genro Ramos	2º	Sede N E	22	17	39	18	12	30
Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 S. Roque	20	17	37	16	12	28
Carlos Missievicz.....	4º	S Xavier	16	13	29	14	12	26
Pascua Denardi Pasa.....	3º	L 14	22	12	34	18	10	28
Francisco Tambara.....	1º	L 10	21	12	33	17	10	27
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	27	21	48	24	17	43
Hermínia Cairoli.....	3º	Bom Respiro	20	14	34	17	10	27
Totais.....			177	136	313	146	113	259

Notas:
1) L=Linha; 2) H=Homens M=Mulheres
Fontes:

a) Relatório dos exercícios de 1932 e 1933, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de dezembro de 1933 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.
b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.
c) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;
d) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 21
Demonstrativo dos professores municipais de Jaguari em 1932

Aula número	Professor(a)	Lugar (1)		Matrícula	Frequência
		Distrito	Localização das aulas		
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Igreja Auxiliadora	29	
2	Protásio Jacques Barragana.....	1º	L 10	30	
3	Luiz Zanini.....	1º	Chapadão	28	
4	Arthur Luiz Schwarcz.....	1º	Passo do Barroso	35	
5	João Batista Ferrari Sobrinho.....	2º	L 1	29	
6	Idalina dos Santos Silva.....	2º	Campestre	33	
7	Pedro Ercolani.....	2º	L 3 A	31	
8	Rodolfo Andreas.....	3º	L 7	30	
9	Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	30	
10	Vaga.....	3º	L 11		
11	Alvino Eder.....	3º	L 17	30	
12	Francisco Berni.....	3º	Segredo	31	
13	Pedro Conterato.....	3º	L 15	29	
14	João Batista Damian.....	3º	L 8	26	
15	Ida Bota.....	3º	Fontana Freda	40	
16	Almerindo Rizzi.....	4º	Taquarichim	26	
17	Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa dágua	30	‘
18	Olívia da Silva Andrada.....	4º	Fachinal	29	
19	Silvio Feliciani.....	4º	Fachinal	26	
	Total.....		.....	542	

Nota:
L=Linha
Fontes:
a) Relatório dos exercícios de 1932 e 1933, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de dezembro de 1933 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934
b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.

c) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;
d) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 22
Demonstrativo das aulas municipais subvencionadas pelo Estado no exercício de 1933

Professores	Distrito	Local (1)	Matrícula			Frequência		
			H	M	Total	H	M	Total
Pedro Ferrari Sobrinho.	1º	Sanga D Areia	20	16	36	17	13	30
Maria Chiesa Machado.	1º	Marmeleiro	22	20	42	19	17	36
Herotildes Genro Ramos	2º	Sede N E	22	19	41	16	15	31
Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 S. Roque	24	23	47	20	19	39
Carlos Misievicz.....	4º	S Xavier	19	16	35	15	12	27
Pascua Denardi Pasa.....	3º	L 14	25	24	49	21	19	40
Francisco Tambara.....	1º	L 10	21	18	39	18	14	32
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	31	26	57	27	22	49
Hermínia Cairoli.....	3º	Bom Respiro	20	16	36	16	13	29
Total.....			204	178	382	169	144	313

Notas:
1) L=Linha
2) H=Homens M=Mulheres
3) Maria Chiesa Machado, exonerada em 1º ago. 1933.
4) Herotildes Genro Ramos, exonerada a 16 ago. 1933.
5) Hermínia Cairoli, exonerada a 17 out. 1933.
Fontes:
a) Relatório dos exercícios de 1932 e 1933, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de dezembro de 1933 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.
b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.
c) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;
d) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 23
Demonstrativo das aulas municipais que funcionaram durante o ano de 1933

Aula número	Professor(a)	Lugar (1)		Matrícula	Frequência
		Distrito	Localização		
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Igreja Auxiliadora	30	
2	Protásio Jacques Barragana.....	1º	L 10	29	
3	Luiz Zanini.....	1º	Chapadão	29	
4	Arthur Luiz Schwarcz.....	1º	Passo do Barroso	31	
5	João Batista Ferrari Sobrinho.....	2º	L 1	27	
6	Idalina dos Santos Silva.....	2º	Campestre	35	
7	Pedro Ercolani.....	2º	L 3 A	28	
8	Rodolfo Andreas.....	3º	L 7	28	
9	Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	28	
10	Hermes Catelan.....	3º	L 11	33	
11	Alvino Eder.....	3º	L 17	29	
12	Francisco Berni.....	3º	Segredo	31	
13	Pedro Conterato.....	3º	L 15	33	
14	João Batista Damian.....	3º	L 8	27	
15	Ida Bota.....	3º	Fontana Freda	40	
16	Almerindo Rizzi.....	4º	Taquarichim	27	
17	Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa dágua	31	‘
18	Silvio Feliciani.....	4º	Fachinal	26	
	Total.....		.....	542	

Nota:
1) L=Linha
Fontes:
a) Relatório dos exercícios de 1932 e 1933, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de dezembro de 1933 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.
b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1925 a 1933, 100 p. Fragmento: p.20-99.
c) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;
d) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
e) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940. 95.

Tabela 24
Escolas que funcionaram em Jaguari no exercício de 1934

Escola	Distrito	Matrícula	Frequência
Colégio São José.....	Vila	280	258
Grupo Escolar Estadual da Vila.....	Vila	200	160

Grupo Escolar Estadual Marmeleiro.....	1º	111	89
Grupo Escolar Estadual Nova Esperança.....	2º	122	96
Grupo Escolar Estadual Linha 14.....	3º	105	90
Grupo Escolar Estadual Bom Respiro.....	3º	90	67
Grupo Escolar Estadual Taquarichim.....	4º	125	100
24 aulas municipais.....	Diversos	817	693
Totais.....		1.850	1.553

Fontes:

a) Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p.3.

b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p. Idem ao anterior;

c) LIVRO TERMOS COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, 30 de agosto de 1920/23março de 1940. 50 p.

d) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.

e) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

Tabela 25

Aulas municipais subvencionadas pelo Governo do Estado no exercício de 1934

Professor(a)	Distrito	Local (1)	Matrícula			Frequência		
			H	M	To-tal	H	M	Total
Pedro Ferrari Sobri-nho...	1º	Sanga D Areia	16	15	31	11	10	21
Maria Ciesa Machado....	1º	Jaguarisinho	18	18	36	14	16	30
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	17	19	36	14	16	30
Pelegrine Fontana.....	1º	L 6 S. Roque	20	19	39	17	15	32
Francisco Tambara.....	1º	L 10	21	18	39	17	15	32
Pascua Denardi Pasa.....	3º	L 14	22	19	41	18	14	32
Alvino Eder.....	3º	L 17	20	18	38	16	14	30
Carlos Missievicz.....	4º	São Xavier	21	19	40	18	14	32
Silvio Feliciani.....	4º	Fachinal	20	18	38	15	14	29
Totais.....			175	163	338	140	128	268

Notas: 1) L=Linha2) H=Homens M=Mulheres

3) Os professores Francisco Tambara e Pelegrine Fontana aposentaram-se em 1934

Fonte:

Relatórios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p.32 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p.3.

b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p.

c) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

d) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.
e) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

Tabela 26
Aulas municipais que funcionaram durante o ano de 1934

Aula número	Professor(a)	Lugar (1)		Matrícula	Frequência 2)
		Distrito	Localização		
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Igreja Auxiliadora	31	
2	Protásio Jacques Barragana.....	1º	L 10 Igreja São Paulo	30	
3	Luiz Zanini.....	1º	Chapadão	32	
4	Arthur Luiz Schwarcz.....	1º	Passo do Barroso	35	
5	João Batista Ferrari Sobrinho.....	2º	L 1	29	
6	Idalina dos Santos Silva.....	2º	Campestre	28	
7	Rodolfo Andreas.....	3º	L 7	32	
8	Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	33	
9	Antônio Stangerlin.....	3º	Bom Respiro	31	
10	Francisco Berni.....	3º	Segredo	35	
11	Pedro Conterato.....	3º	L 15	36	
12	Ida Botta.....	3º	Fontana Freda	40	
13	Hermes Catelan.....	3º	L 11	39	
14	Almerindo Rizzi.....	4º	Taquarichim	38	
15	Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa Dágua	29	
16	Julio Pisny.....	4º	São Xavier	33	
17	Deolinda F. Ribeiro.....	4º	Fachinal	33	'
	Total.....		.....	564	

Notas:
1) L=Linha
2) Frequência: Não há informação disponível.
Fontes:
a) Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936 pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p.34.
b) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 1º de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1934. 60 p.
c) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
d) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.
e) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

Tabela 27
Aulas municipais subvencionadas pelo Governo do Estado no exercício de 1935

Professores	Distrito	Local (1)	Matrícula			Frequência		
			H	M	Total	H	M	Total
Pedro Ferrari Sobrinho	1º	Sanga D Areia	17	16	33	15	13	28
Maria Chiesa Machado..	1º	Jaguarisinho	19	18	37	14	13	27
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	18	20	38	15	16	31
Francisco Berni.....	3º	Segredo	20	20	40	17	14	31
Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	20	18	38	18	16	34
Iolanda Maria Ferrari.....	3º	Fontana Fred	21	20	41	17	15	32
Carlos Missievicz.....	4º	São Xavier	19	20	39	16	16	32
Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa Dagua	19	20	39	16	16	32
Maximiliano P. Krahe...	4º	Boca Serra	20	17	37	17	15	32
Totais.....			173	169	342	145	134	279

Notas:
1) L=Linha
2) H=Homens; M=Mulheres
Fontes:
a) Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p.33.
b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.
c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.
d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

Tabela 28
Aulas municipais que funcionaram durante o ano de 1935

Aula número	Professor(a)	Lugar (1)		Matrícula	Frequência 2)
		Distrito	Localização		
1	Pedro Ferrari Sobrinho.....	1º	Sanga da Areia	34	
2	Luiz Zanini.....	1º	Chapadão	34	
3	Artur Luiz Scwarcz.....	1º	Passo do Barroso	36	
4	João Goulart Ferreira.....	1º	Boca da Picada	32	
5	José Taschetto.....	1º	L 6	31	
6	Idalina dos Santos Silva.....	2º	Campestre	31	
7	João Batista Ferrari Sobrinho.....	3º	L 7	33	
8	Antônio Ebani.....	2º	L 3	30	
9	Pedro Conterato.....	3º	L 15	31	
10	Hermes Catelan.....	3º	L 11	29	
11	Renato Pasa.....	1º	L 11	30	
12	Rodolfo Andreas.....	3º	L 7	33	

13	Deolinda F Ribeiro.....	4º	Fachinal	30	
14	Pompeu Righi.....	4º	Rincão dos Alves	27	
15	Antônio Kohaut.....	4º	São Xavier	28	
	Total.....			469	

Notas:

1) L=Linha

2) Frequência: Não há dados disponíveis

3) Aula do Passo do Barroso, regida por Artur Luis Schwartz, funcionou até 31 de dezembro de 1935.

4) Aula da Linha 15, regida por Pedro Conterato, funcionou até 31 de dezembro de 1935.

5) Aula da Linha 11, regida por Hermes Catelan, funcionou até 1º de março de 1935. Pelo ato nº 5, de 31 de março de 1935, o professor Hermes Catelan é exonerado a pedido.

Fontes:

a) Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.

d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

Tabela 29

Estabelecimentos de ensino que funcionaram durante o ano de 1936

Escolas	Frequência		
	H	M	Total
Colégio São José, na Vila.....	135	145	280
Grupo Escolar Estadual, na Vila.....	107	118	225
Grupo Escolar Estadual, no Marmeleiro.....	55	52	107
Grupo Escolar Estadual, em Nova Esperança.....	62	57	119
Grupo Escolar Estadual, no Bom Respiro.....	53	50	103
Grupo Escolar Estadual, no Taquarichim.....	50	66	116
26 aulas municipais.....	448	497	945
Totais.....	910	985	1.895

Nota:

H=Homens;

M=Mulheres

Fontes:

a) Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.

d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p

Tabela 30
Aulas municipais que funcionaram durante o exercício de 1936

Professores	Distrito	Local (1)	Matrícula			Observações	
			H	M	Total	Extinta em 1936	Nomeação em 1936
Pedro Ferrari Sobrinho..	1º	NS Auxiliadora	18	20	38		
Maria Chiesa Machado..	1º	Jaguarisinho	17	19	36	01 abr	
Maria Marengo.....	1º	Ponte Verde	20	24	44		
Rodolfo Andreas.....	1º	Sanga Areia	16	18	34		
Luiz Zanini.....	1º	Chapadão	19	20	39		
Alzemira A. Borba.....	1º	L 10 S Paulo	18	17	35		01 mar
João Goulart Pereira.....	1º	Boca Picada	22	24	46		
José Taschetto.....	1º	L 6	17	18	35		
Idalina Santos Silva.....	2º	Campestre	18	18	36		
Antônio Ebani.....	2º	L 3	14	18	32		
Maria Leiria Genro.....	2º	Piquiri	16	19	35		12 abr.
João Batista F. Sobrinho	2º	L 1 A	17	19	36		
Angelo Frederizzi.....	3º	L 20	20	21	41		
Iolanda Maria Ferrari...	3º	Fontana Fred	22	21	43		
Francisco Berni.....	3º	Segredo	19	20	39		
Eudóxia Pires da Rocha	3º	L 15	14	18	33		07 mar.
Hermes Catelan.....	3º	L 11	14	19	33		01 set.
Renato Pasa.....	3º	L 11	14	16	30	30 jun.	
Rodolfo Andreas.....	3º	L 7	15	20	35		
Ana Beche Frazon.....	3º	L 17	17	20	37		01 mai.
Luiz Scolari.....	3º	L 10	16	18	34		15 mar.
Carlos Missievicz.....	4º	São Xavier	19	21	40	30 set.	
Gildo Giacomelli.....	4º	Caixa Dágua	20	22	42		
Maximiliano P. Krahe....	4º	Boca Serra	15	16	31		
Pompeu Righe.....	4º	Rincão Alves	14	16	30		
Jocundo Cereta.....	4º	Pecegueiro	16	15	31		
Totais.....		.....	448	497	945		

Notas:

1) L=Linha

2) H=Homens M=Mulheres

Fontes:

) Relatório dos exercícios de 1934 e 1935, apresentado ao Conselho Consultivo em 31 de janeiro de 1936, pelo Coronel José Benincá, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

b) LIVRO TERMOS DE COMPROMISSO. Jaguari: PMJ, de 30 de agosto de 1920 a 23 de março de 1940. 50 p.

c) LIVRO DE ASSENTAMENTO DE FUNCIONÁRIOS: Jaguari: PMJ, 1940.

d) LIVRO CONTAS CORRENTES. Jaguari: PMJ, de 31 de janeiro de 1934 a 31 de dezembro de 1937. 200 p.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org